

MARCOS DA SILVA DUTRA JUNIOR

**UMA ANÁLISE DO DESEMPENHO DOS
BANCOS NACIONAIS E ESTRANGEIROS
NO PERÍODO PÓS-REAL**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal do
Paraná

Orientador: Prof. Maurício Aguiar Serra

CURITIBA

2004

MARCOS DA SILVA DUTRA JUNIOR

**UMA ANÁLISE DO DESEMPENHO DOS BANCOS NACIONAIS E
ESTRANGEIROS NO PERÍODO PÓS-REAL**

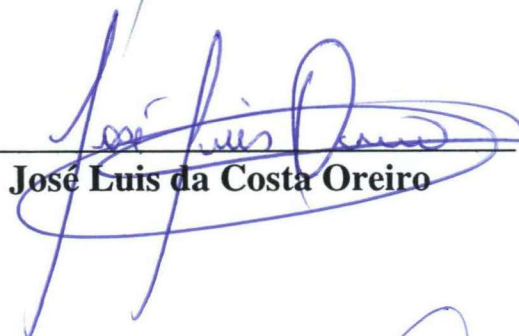
**Esta monografia foi julgada adequada e aprovada para a obtenção do
título de Graduação em Ciências Econômicas na
Universidade Federal do Paraná**

Curitiba, 27 de fevereiro de 2004

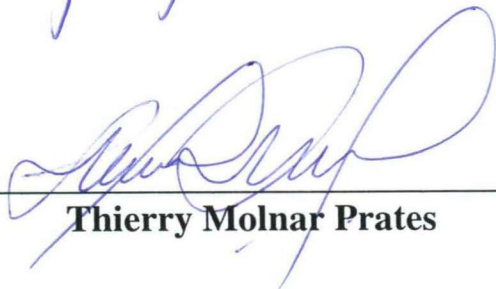
Banca Examinadora



**Maurício Aguiar Serra
Orientador**



José Luis da Costa Oreiro



Thierry Molnar Prates

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	iii
LISTA DE GRÁFICOS	iii
LISTA DE TABELAS	iii
RESUMO	iv
INTRODUÇÃO	1
1 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	2
1.1 CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....	2
1.2 A IMPORTÂNCIA DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....	8
1.3 AS MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO.....	9
2 A ECONOMIA BRASILEIRA NAS DÉCADAS DE 80 E 90 E SUA INFLUÊNCIA SOBRE O DESEMPENHO DOS BANCOS	11
2.1 A ECONOMIA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 80.....	11
2.2 AS MUDANÇAS NA ECONOMIA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 90.....	14
2.3 UMA SÍNTESE DO DESEMPENHO DOS BANCOS NO PERÍODO PRÉ-PLANO REAL (1980-1993).....	19
3 A REESTRUTURAÇÃO DOS BANCOS APÓS O PLANO REAL	24
3.2 CARACTERÍSTICAS DA CRISE BANCÁRIA.....	24
3.2 A CRISE BANCÁRIA APÓS O PLANO REAL.....	26
3.2.1 As Mudanças Estruturais do Sistema Financeiro após o Plano Real.....	29
3.2.2 A Concentração Bancária após o Plano Real.....	31
3.3 A INTERNACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO NACIONAL.....	35
3.4 O PROBLEMA DA INTERNACIONALIZAÇÃO BANCÁRIA NO BRASIL.....	37
3.5 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS BANCOS BRASILEIROS E ESTRANGEIROS.....	40
3.6 COMPARATIVO DA EXPANSÃO DO SETOR BANCÁRIO ENTRE DEZ/94 A JUN/99.....	43
3.7 A LIDERANÇA DOS BANCOS EM 1994 E 2000.....	46
3.8 OS EMPREGOS NA REDE BANCÁRIA APÓS O PLANO REAL.....	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: ESTRUTURA FUNCIONAL DO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO: AUTORIDADES MONETÁRIAS.....	4
---	---

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: O GANHO DOS BANCOS DE JUNHO/95 A JUNHO/99.....	45
---	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: BRASIL: UMA DÉCADA DE REFORMAS.....	15
---	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: BRASIL – INSTITUIÇÕES AUTORIZADAS A OPERAR PELO BANCO CENTRAL. SEDES NOS ANOS DE 1992 A 1996, APÓS MUDANÇAS DE 1988 (CRIAÇÃO DOS BANCOS MÚLTIPLOS.....	3
TABELA 2: BALANÇO DE PAGAMENTOS: BRASIL 1980 A 1989.....	12
TABELA 3: BALANÇA COMERCIAL: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES (1991-1998).....	17
TABELA 4: BRASIL: PROGRAMA DE PRIVATIZAÇÃO (1991-1998).....	17
TABELA 5: BRASIL: FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO (1970-1997).....	18
TABELA 6: BRASIL: PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS (1993-99).....	18
TABELA 7: BANCOS COMERCIAIS E MÚLTIPLOS NO BRASIL – NÚMERO DE SEDES E AGÊNCIAS.....	20
TABELA 8: AGÊNCIAS BANCÁRIAS – 1980-84.....	20
TABELA 9: DEPÓSITOS NOS BANCOS COMERCIAIS E MÚLTIPLOS – ÍNDICES DE VALOR REAL – SALDOS DE DEZEMBRO.....	21
TABELA 10: BANCOS COMERCIAIS E MÚLTIPLOS.....	22
TABELA 11: RECEITA INFLACIONÁRIA COMO % DO PIB E DO VALOR DA PRODUÇÃO IMPUTADA.....	26
TABELA 12: RENTABILIDADE MÉDIA.....	27
TABELA 13: INSTITUIÇÕES QUE SOFRERAM AJUSTES APÓS O PLANO REAL.....	29
TABELA 14: NÚMERO DE BANCOS POR CATEGORIAS SELECIONADAS.....	30
TABELA 15: PARTICIPAÇÃO % DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NO PATRIMÔNIO DO SISTEMA.....	20
TABELA 16: ESTRUTURA PATRIMONIAL DOS DEZ GRANDES BANCOS PRIVADOS – 1994/98.....	31
TABELA 17: NÚMERO DE BANCOS BRASILEIROS POR CATEGORIAS SELECIONADAS.....	32
TABELA 18: PARTICIPAÇÃO DOS BANCOS PRIVADOS NOS DEPÓSITOS À VISTA DA ÁREA BANCÁRIA.....	32
TABELA 19: RESULTADO DE 10 GRANDES BANCOS PRIVADOS 1994/98.....	33
TABELA 20: BANCOS NACIONAIS DE VAREJO COM ATIVOS SUPERIORES A US\$ BILHÃO.....	34
TABELA 21: NÚMERO DE BANCOS ESTRANGEIROS POR CATEGORIAS.....	36
TABELA 22: PARTICIPAÇÃO EM % DE BANCOS ESTRANGEIROS NO SISTEMA BANCÁRIO NACIONAL.....	36
TABELA 23: PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NOS ATIVOS DOS 20 MAIORES BANCOS PRIVADOS.....	36
TABELA 24: INDICADORES COMPARATIVOS DOS SISTEMAS BANCÁRIOS MUNDIAIS.....	41
TABELA 25: O DESEMPENHO DOS PRINCIPAIS BANCOS EM 2001 COM ATIVOS ACIMA DE R\$ 10.000.000,00.....	41
TABELA 26: O DESEMPENHO DOS PRINCIPAIS BANCOS NACIONAIS EM 2001 COM ATIVOS ACIMA DE R\$ 10.000.000,00.....	42
TABELA 27: O DESEMPENHO DOS PRINCIPAIS BANCOS ESTRANGEIROS NO BRASIL EM 2001 COM ATIVOS ACIMA DE R\$ 10.000.000,00.....	42
TABELA 28: O SISTEMA FINANCEIRO NO BRASIL DE 1994 A 1999.....	44
TABELA 29: O GANHO DOS BANCOS DE JUNHO/94 A JUNHO/99.....	46

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo analisar a reestruturação do sistema bancário brasileiro após a implantação do Plano Real, em 1994. Para isso, em primeiro lugar faz-se uma análise do funcionamento do Sistema Financeiro Nacional, abordando-se: a) a sua constituição, onde mostram-se as instituições que o compõe e b) a sua importância e o seu papel diante da sociedade. Em seguida, enfoca-se a economia brasileira nas décadas de 80 e 90 e sua influência sobre o desempenho dos bancos, permitindo-se conhecer as características e fatos principais que ocorreram com a economia. A partir desses conhecimentos, faz-se uma síntese do desempenho dos bancos no período pré-plano real (1980-1993), mostrando-se um perfil da evolução dos bancos, enfocando o número de agências e sedes e volume de depósitos. Após, é analisada a reestruturação dos bancos no período pós-real, abordando-se as características da crise bancária após o plano real e seus efeitos sobre os bancos, a concentração bancária, a internacionalização do sistema e uma análise comparativa entre os bancos brasileiros e estrangeiros. Após feita essas comparações, mostra-se a liderança dos bancos no período de 1994 e 2000 e um perfil dos empregos na rede bancária. As considerações finais apresentam os impactos do Plano Real no sistema bancário nacional, mostrando-se a evolução das principais variáveis do setor.

INTRODUÇÃO

A implantação do Plano Real gerou profundos impactos na estrutura e no funcionamento dos bancos no Brasil, principalmente pela abertura significativa do sistema bancário nacional ao capital externo, através do ingresso de novos bancos ou da venda de bancos nacionais a estrangeiros. Em função destas mudanças, os bancos tiveram que readaptar sua estrutura administrativa, reduzindo custos e procurando novas fontes de receitas.

O ajuste do sistema bancário brasileiro teve duas conseqüências importantes:: a) o Banco Central foi obrigado a promover a liquidação extrajudicial de muitos bancos e várias instituições não-bancárias, assim como, as transferências de parte de suas atividades bancárias outras instituições; b) houve também várias fusões e incorporações de empresas bancárias, promovidas pelos próprios banqueiros.

Em razão disso, a presente monografia objetiva analisar a crise e a reestruturação do sistema bancário brasileiro, após a implantação do Plano Real, em julho de 1994. Neste sentido, ela foi estruturada da seguinte forma: o capítulo 1 analisa o funcionamento do Sistema Financeiro Nacional de modo a mostrar a sua constituição e importância para o sistema bancário brasileiro. No capítulo 2 foi feita uma síntese sobre o desempenho dos bancos no período que antecedeu ao Plano Real (1980-1993), com o intuito de mostrar como funcionavam essas instituições antes do referido plano. O capítulo 3 examina a reestruturação dos bancos após a implementação do Plano Real. Por fim, os comentários finais serão tecidos em função dos resultados alcançados com a reestruturação do sistema bancário nacional.

1 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

1.1 A CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

O Sistema Financeiro Nacional abrange um conjunto de instituições financeiras e instrumentos financeiros que visam transferir recursos das pessoas, empresas e governo superavitários para os deficitários. Ele é constituído por um subsistema normativo e por outro operativo e foi estruturado e regulado pelas seguintes leis: lei de Reforma Bancária (1964), lei do Mercado de Capitais (1965) e a lei de criação dos Bancos Múltiplos (1988). As instituições autorizadas a funcionar no Brasil estão apresentadas na tabela 1. As instituições com carteira comercial, que abrangem os bancos comerciais e múltiplos, tiveram um crescimento de 9,10% no período de 1992 a 1996. As instituições com carteira de investimentos, compostas pelos bancos de investimento e bancos múltiplos, cresceram 9,10%. As instituições com carteira de crédito, financiamento e investimento, que englobam as empresas financeiras e bancos múltiplos, tiveram um crescimento de 9,09%. As instituições com carteira de crédito imobiliário, envolvendo os créditos imobiliários e bancos múltiplos, decresceram -10,5%. As instituições com carteira de desenvolvimento, abrangendo os bancos de desenvolvimento e bancos múltiplos, decresceram -6,24%.

TABELA 1: BRASIL – INSTITUIÇÕES AUTORIZADAS A OPERAR PELO BANCO CENTRAL. SEDES NOS ANOS DE 1992 E 1996, APÓS MUDANÇAS DE 1988 (CRIAÇÃO DOS BANCOS MÚLTIPLOS)

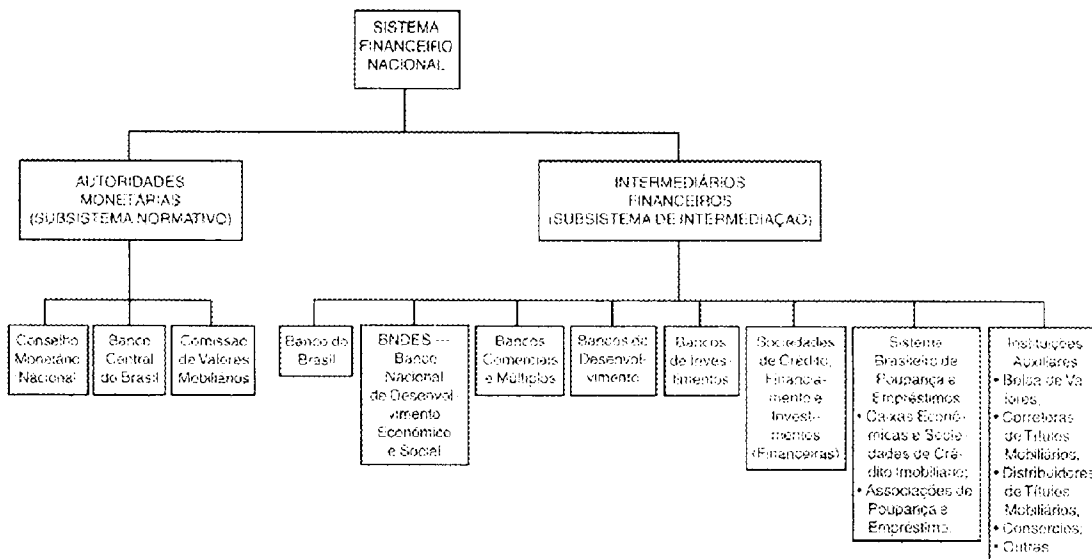
Tipos de instituições	1992	1996
Instituições com carteira comercial		
Bancos Comerciais	36	37
Bancos Múltiplos	175	195
Total	211	232
Instituições com carteira de Investimento		
Bancos de Investimento	20	23
Bancos múltiplos	101	110
Total	121	133
Instituições com carteira de crédito, financiamento e investimento		
Financeiras	41	47
Bancos múltiplos	158	172
Total	199	219
Instituições com carteira de crédito imobiliário		
Crédito Imobiliários	26	20
Bancos múltiplos	78	79
Total	104	99
Instituições com carteira de desenvolvimento		
Bancos de desenvolvimento	9	6
Bancos múltiplos	15	20
Total	24	26

Fonte: BACEN, vol. 33, 1997.

O sistema normativo regula e controla o sistema operativo através de normas legais expedidas pela autoridade monetária. O sub-sistema normativo é composto pelas seguintes instituições: Conselho Monetário Nacional, Banco Central e a Comissão de Valores Mobiliários. O subsistema operativo é, segundo SANT'ANA (1997) composto pelas instituições financeiras públicas e privadas que atuam no mercado financeiro.

A figura 1 apresenta a estrutura do Sistema Financeiro Brasileiro.

FIGURA 1: ESTRUTURA FUNCIONAL DO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO: AUTORIDADES MONETÁRIAS



Fonte: MONTORO F^o *et al.* (1998, p. 360)

O Conselho Monetário Nacional (CMN) é um órgão normativo, não desempenha nenhuma atividade executiva, mas é considerado o órgão máximo de todo o sistema financeiro nacional e possui três representantes: Ministro da Fazenda, Ministro do Planejamento e o Presidente do Banco Central do Brasil. Ele também possui as Comissões Consultivas, que têm por objetivo assessorar o Conselho Monetário Nacional nos assuntos pertinentes.

Segundo SANT'ANA (1997, p. 74) as principais atribuições do CMN são: a) autorização e emissão de papel-moeda; b) regulamentação das operações de redesconto; c) estabelecimento de diretrizes ao Banco Central para operações com títulos públicos; d) regulamentação das operações de câmbio; aprovação do orçamento elaborado pelo Banco Central; e) fixação dos coeficientes de encaixes obrigatórios sobre os depósitos à vista e a prazo; f) a aprovação do orçamento monetário elaborado pelo Banco Central.

LOPES (1998, p. 441) acrescenta mais algumas atribuições do CMN: a) adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia nacional e seu processo de desenvolvimento; b) regular o valor interno da moeda, para tanto prevenindo ou corrigindo os surtos inflacionários ou deflacionários de origem interna ou externa, as depressões econômicas e outros desequilíbrios oriundos de fenômenos conjunturais; c)

regular o valor externo da moeda e o equilíbrio do balanço de pagamentos do país, tendo em vista a melhor utilização dos recursos em moeda estrangeira; d) orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras, quer públicas, quer privadas, tendo em vista propiciar, nas diferentes regiões do país, condições favoráveis ao desenvolvimento harmônico da economia nacional; e) propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros, com vista à maior eficiência dos sistemas de pagamentos e de mobilização de recursos; f) zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras e g) coordenar as políticas monetária, creditícia, orçamentária, fiscal e da dívida pública, interna e externa.

O Banco Central do Brasil (BACEN) é o órgão executor das políticas monetárias traçadas pelo Conselho Monetário e fiscaliza todo o Sistema Financeiro Nacional, assegurando o equilíbrio monetário. Foi criado pela Lei n. 4.595, de 31 de dezembro de 1964 e tem como objetivos: zelar pela adequada liquidez da economia, manter as reservas internacionais do país em nível satisfatório, assegurar a formação de poupança em níveis apropriados e garantir a estabilidade e o aperfeiçoamento do Sistema Financeiro Nacional. (SANT'ANA, 1997).

As atribuições do BACEN, segundo SANT'ANA (1997) são: a) a emissão da moeda; b) administração das reservas cambiais do país; c) fiscalização das instituições financeiras e a concessão da autorização para seu funcionamento; d) o controle de crédito e das taxas de juros; e) regular a execução dos serviços de compensação de cheques e outros papéis; f) efetuar operações de compra e venda de títulos públicos federais; g) vigiar a interferência de outras empresas nos mercados financeiros e de capitais; h) controlar o fluxo de capitais estrangeiros garantindo o correto funcionamento do mercado cambial, operando, inclusive, via ouro, moeda ou operações de crédito no exterior.

Em função das suas atribuições, o BACEN, no entender de LOPES (1998), pode ser considerado como: a) banco dos bancos: porque recebe os depósitos compulsórios dos bancos comerciais, fornece empréstimos de liquidez e redescontos para atender as instituições financeiras; b) superintendente do sistema financeiro nacional: porque baixa normas, fiscaliza e controla as atividades das instituições financeiras, bem como, decreta intervenção ou liquidação extrajudicial dessas instituições; c) Executor da política monetária: regula a expansão dos meios de pagamento, utiliza os instrumentos de política monetária; d) banco emissor: detém o monopólio de emissão do papel-moeda e da moeda

metálica e executa os serviços de saneamento do meio circulante; e) banqueiro do governo: financia o Tesouro Nacional, administra a dívida pública interna e externa, é depositário das reservas internacionais do país e executa operações com organismos financeiros internacionais.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) possui caráter normativo e tem como principal atribuição fiscalizar as Bolsas de Valores e a emissão de valores mobiliários negociados nessas instituições, principalmente ações e debêntures. Está vinculada ao Ministério da Fazenda, que age sob a orientação do Conselho Monetário Nacional. É administrada por um presidente e quatro diretores, nomeados pelo Presidente da República. Foi criada pela Lei n. 6.385, tendo assumido suas funções em 06.04.78. Ela exerce as atribuições previstas na lei n. 6.385 de 7/12/78 a fim de: a) estimular a formação de poupança e a sua aplicação em valores mobiliários; b) proteger os titulares de valores mobiliários e os investidores do mercado contra: emissões irregulares de valores mobiliários, atos ilegais de administradores e controladores das companhias abertas; c) evitar fraudes; d) permitir o acesso do público a informações sobre os valores mobiliários negociados; e) assegurar a igualdade de práticas comerciais nos valores mobiliários; l) assegurar a observância das normas de utilização de crédito fixadas pelo Conselho Monetário Nacional. (SANT'ANA, 1997).

Existem também, no subsistema de intermediação financeira, instituições bancárias (constituídas pelos bancos comerciais e Banco do Brasil) e as instituições não-bancárias, além dos bancos comerciais, que completam o sistema financeiro nacional. O Banco do Brasil é uma empresa de capital misto com controle acionário exercido pela União. É o maior banco agrícola do mundo em função de seus financiamentos para a agricultura e de sua atuação como executor das políticas agrícolas do governo. Faz também, o agenciamento dos pagamentos e recebimentos fora do país. Como Agente Financeiro do Governo Federal, recebe os tributos e as rendas federais, realizando os pagamentos necessários e constantes do orçamento da União, recebendo depósitos compulsórios e voluntários das instituições financeiras, efetua descontos bancários e executa a política dos preços mínimos de produtos agropecuários, (MONTORO Fº, 1998)

Como Banco Comercial, o Banco do Brasil opera com caderneta de poupança, concede créditos de curto prazo aos vários segmentos e agentes da economia, executa operações de descontos, além de outras funções típicas de bancos comerciais. Como

Banco de Investimento e Desenvolvimento, o banco opera com créditos a médio e a longo prazos, financiando as atividades rurais, comerciais, industriais e de serviços, atende as necessidades creditícias.

Os Bancos Comerciais são instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedades anônimas, executam operações de crédito de curto prazo e recebem depósitos. São obrigados por lei a manter reservas obrigatórias iguais a um certo percentual dos depósitos à vista. Este percentual é fixado pelo Banco Central do Brasil e faz parte dos instrumentos que essa instituição dispõe para controlar os meios de pagamento. Na verdade, os Bancos Comerciais prestam serviços, realizam pagamentos de cheques, transferências de fundos e ordens de pagamento, cobranças diversas, recebimento de impostos e tarifas públicas, aluguel de cofres e custódia de valores, serviços de câmbio. Eles podem ser classificados como bancos de varejo, que trabalham com muitos clientes, sem maiores exigências com relação a suas rendas; e bancos de negócios, voltados às grandes operações financeiras, trabalhando por isso com um número mais reduzido de clientes porém de alto poder aquisitivo.

Com a evolução dos bancos comerciais e crescimento do mercado, apareceram os bancos múltiplos, através da Resolução n. 1.524/88, emitida pelo Banco Central, e operam com carteiras de banco comercial, de investimento, de crédito imobiliário, de crédito, financiamento e investimento, de arrendamento mercantil (leasing) e de desenvolvimento, com personalidade jurídica própria. (MONTORO Fº, 1998)

O Sistema Financeiro de Habitação tem na Caixa Econômica Federal seu órgão máximo, embora atrelada às decisões do Conselho Monetário Nacional. A Caixa Econômica Federal é um banco múltiplo responsável pela operacionalização das políticas do Governo Federal para habitação popular e saneamento básico, atuando como gestora dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e direcionando seus recursos para o saneamento e a infra-estrutura urbana. A Caixa Econômica Federal tem também, outros objetivos como: a) administrar os serviços das loterias federais; b) é o principal arrecadador do FGTS; c) tem o monopólio das operações de penhor (MONTORO Fº, 1998).

Os Bancos de Desenvolvimento tem no BNDES a sua principal instituição financeira de fomento. O BNDES foi criado em 20.06.52, pela Lei n. 1.628, como autarquia federal, dispendo de autonomia administrativa e personalidade jurídica própria.

Surgiu pela decisão do governo de executar um plano orgânico de reaparelhamento de serviços de infra-estrutura – transportes ferroviários, energia e portos, que representavam, fatores de inibição da economia nacional impedindo a utilização adequada dos meios de produção e dos recursos naturais (SANT'ANA, 1997).

Os Bancos de Investimentos foram criados para canalizar recursos de médio e longo prazos para suprimento de capital fixo e de giro das empresas. As Companhias de Crédito, Financiamento e Investimento surgiram no pós-guerra, em função da mudança observada após a década de 60, em face dos novos prazos de produção e financiamento das vendas dos bens de consumo duráveis, exigidos pelas condições de mercado.

Existem também, uma série de instituições auxiliares, que complementam o sistema financeiro, tais como a Bolsa de Valores, Corretoras, Distribuidoras de Valores e outras. (MONTORO Fº, 1998).

1.2 A IMPORTÂNCIA DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

A importância do Sistema Financeiro Nacional pode ser visível quando se analisa o seu papel diante da sociedade. Os bancos comerciais e as carteiras comerciais dos bancos múltiplos podem atender às necessidades de capital de giro do setor privado, para atividades de produção e de comercialização. Eles atendem também às necessidades das pessoas físicas em situação deficitária, através de empréstimos a curto prazo. Assim, o seu alcance social é muito grande, porque eles podem: a) descontar títulos: facilitam a obtenção de capital de giro para as empresas; b) realizam operações de abertura de crédito, simples ou em conta corrente: permitem maior circulação de dinheiro entre as pessoas ou empresas; c) realizam operações especiais, inclusive de crédito rural, de câmbio e comércio internacional: auxiliam o agricultor que possui capital para investir na terra e outras operações internacionais; d) obtêm recursos junto a instituições oficiais; e) captam depósitos a vista e a prazo fixo; l) obtêm recursos no exterior, para repasse; g) efetuam operações acessórias ou de prestação de serviços, inclusive mediante convênio com outras instituições. (LOPES, 1998)

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), criado em 1983, tem como função fomentar o crescimento do país. Para tanto, suas atividades de

acordo com LOPES (1978) devem: a) impulsionar o desenvolvimento econômico, visando estimular o processo de expansão da economia nacional e de crescimento continuado do PIB; b) fortalecer o setor empresarial nacional, estimulando a formação da grande empresa nos setores básicos que exigem operações em grande escala e apoiando as atividades das pequenas e médias empresas em todo o país; c) atenuar os desequilíbrios regionais, estimulando a formação de novos pólos de produção, assegurando tratamento prioritário às iniciativas localizadas em regiões emergentes; d) promover o desenvolvimento integrado das atividades agrícolas, industriais e de serviços, visando ao maior dinamismo econômico, via compatibilização das iniciativas desses segmentos; e) amparar a diversificação das exportações, ampliando os graus da inserção global do país; f) fortalecer o sistema nacional de bancos de desenvolvimento, promovendo a integração de suas políticas e programas, de maneira a caracterizar sob sua liderança, um sistema nacional de intermediação financeira para o fomento das atividades econômicas.

Como se observa, o papel do BNDES é bastante amplo, porque amplia a capacidade produtiva da economia, incentiva a melhoria da produtividade, e pode auxiliar no combate ao desemprego através de suas políticas visando atenuar os desequilíbrios regionais, assim como, auxilia nas exportações, utilizando-se de medidas estimuladoras.

1.3 AS MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO

As reformas financeiras de 1964 e 1965 estabeleceram no Brasil, um sistema baseado em instituições especializadas. Em função disso, os bancos comerciais eram responsáveis pelas operações de crédito de curto prazo, os bancos de investimento e desenvolvimento, pelos empréstimos de longo prazo. As sociedades de crédito, operavam com crédito ao consumidor e empréstimos pessoais, captando letras de câmbio. As instituições do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) se responsabilizariam pelo financiamento habitacional. É importante salientar que essas reformas proporcionaram ao sistema financeiro brasileiro contar com maior e mais diversificado número de intermediários financeiros não bancários

Em junho de 1988, o Banco Central adotou o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF), facilitando a unificação das instituições financeiras num

mesmo plano contábil. A Resolução 1524, da Comissão de Valores Mobiliários criou os bancos múltiplos, com as funções de: bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, financeiras e instituições de poupança e empréstimo.

A Constituição de 1988, redesenhou o sistema financeiro: houve a separação das instituições bancárias das não-bancárias (estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização). Uma das medidas bastante criticada foi o tabelamento de juros a 12% a.a. abrangendo as taxas de juros reais, incluindo comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente relacionadas à concessão de crédito. Uma das mais significativas mudanças nesse período, foi a instituição dos bancos múltiplos, que passaram a operar em todos os segmentos do sistema de intermediação financeiros através das carteiras: comercial, de investimentos, de desenvolvimento, de crédito imobiliário e de crédito, financiamento e investimento,

Após a implantação do Plano Real em julho de 1994, as reformas financeiras, segundo PUGA (1998) tiveram como objetivo o fortalecimento do sistema financeiro nacional. Uma das medidas foi a edição da Resolução 2.099, estabelecendo limites mínimos de capital para a constituição de um banco, girando em torno de R\$ 7 milhões para a constituição de bancos comerciais; R\$ 6 milhões, para os de investimento e de desenvolvimento e sociedades de crédito imobiliário; e de R\$ 3 milhões, para as financeiras.

É importante ressaltar que a implantação de um plano mais ambicioso de medidas para a reestruturação dos bancos, ficou para uma segunda fase do Plano Real. Possibilitou-se também que a instituição incorporadora pudesse contabilizar como ágio a diferença entre o valor patrimonial da participação societária comprada e o valor da aquisição, podendo compensar essa diferença nos resultados futuros da instituição, alcançando com isso, os benefícios fiscais.

2 A ECONOMIA BRASILEIRA NAS DÉCADAS DE 80 E 90 E SUA INFLUÊNCIA SOBRE O DESEMPENHO DOS BANCOS

2.1 A ECONOMIA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 80

A partir dos anos 80, a evolução da economia mundial foi marcada pelos resultados dos processos de liberalização financeira realizados nos principais países desenvolvidos. A liberalização financeira¹ nas principais economias avançadas e periféricas estimulou a constituição e desenvolvimento de um mercado unificado de dinheiro e ativos não-monetários em escala global.

Essas transformações decorrentes da globalização (liberalização financeira, desregulamentação, privatizações, fusões, aquisições e abertura econômica) trouxeram um novo estilo de desenvolvimento baseado na difusão acelerada e simultânea de inovações técnicas, organizacionais e financeiras fortemente influenciadas por um novo paradigma tecnológico, no qual a aplicação da microeletrônica, nos diversos ramos, segmentos e setores da indústria e dos serviços, tem levado a uma reestruturação econômica mundial.

Com a globalização, houve uma extraordinária expansão dos fluxos de capitais em todos os mercados que compõem o sistema financeiro internacional. GONÇALVES (1998, p. 149) revela “que o volume médio diário das transações no mercado internacional aumentou de US\$ 718 bilhões em abril de 1989 para US\$ 1.572 bilhões em abril de 1995”.

No sistema financeiro, a globalização foi intensificada pela queda dos custos da informática e das telecomunicações, o que permitiu o desenvolvimento de novas técnicas e produtos. Assim, pode-se observar que a tecnologia da informação está aumentando o conhecimento e eliminando muitas das defasagens do passado. Como exemplo, temos: um supermercado pode enviar informações sobre reposição de estoque no momento em que o cliente passa no caixa; o monitoramento por satélite permite conhecer a localização exata

¹ Processo que envolve a redução das barreiras entre os mercados financeiros domésticos e as atividades dos centros financeiros internacionais.

dos caminhões de entrega de matérias-primas, partes e componentes e estimar com precisão sua chegada.

As transformações e a integração mundial na década de 80 também afetaram o Brasil. Adiante, busca-se estudar brevemente a inserção do Brasil no histórico do desenvolvimento capitalista mundial.

Para isso, o Brasil recorreu ao endividamento externo, que se estendeu pela década de 80. A tabela 2 apresenta o balanço de pagamentos do país, no período de 1980 a 1989. As exportações tiveram um aumento de 70% e as importações diminuíram em 20%, durante esse período, em face da diminuição das importações de petróleo, devido à substituição da gasolina e óleo combustível pelo álcool e outros derivados, dos programas de ajustamento promovidos pelo governo para atender às exigências do FMI, em troca de concessões de créditos internacionais, e de uma recuperação do comércio mundial a partir de 1984. Porém esse saldo comercial, mesmo positivo ainda era insuficiente e o Brasil estava limitado em seu crescimento, apenas gerava divisas com que saldar, com recursos efetivos, o compromisso básico dos juros.

TABELA 2 – BALANÇO DE PAGAMENTOS: BRASIL 1980 A 1989 (US\$ BILHÕES)

ANO	EXPOR- TAÇÕES	IMPOR- TAÇÕES	SALDO BALANÇA COMERCIAL	SALDO DA BALANÇA DE SERVIÇOS	SALDO DE TRANSAÇÕES CORRENTES	MOVIMENTO DE CAPITAIS	SALDO DO BALANÇO DE PAGAMENTO S
1980	20,1	23,0	-2,9	-10,2	-12,8	9,7	-3,5
1981	23,3	22,1	1,2	-13,1	-11,7	12,8	0,6
1982	20,2	19,4	0,8	-17,1	-16,3	7,8	-8,8
1983	21,9	15,4	6,5	-13,4	-6,8	2,1	-5,4
1984	27,0	13,9	13,1	-13,2	0,04	0,2	0,7
1985	25,6	13,2	12,4	-12,9	-0,2	-2,5	-3,2
1986	22,3	14,0	8,3	-13,7	-5,3	-7,1	-12,4
1987	26,2	15,1	11,1	-12,7	-1,4	-0,7	-3,0
1988	33,8	14,6	19,2	-15,1	4,2	3,6	7,0
1989	34,4	18,3	16,1	-15,3	1,0	-3,6	-3,4

Fonte: BACEN, 1990.

A década de 80 mostrou, pelos fracassos econômicos dos Planos Cruzado I e II, Plano Bresser e Plano Verão, o baixo nível de competição, derivado do fechamento da

economia e das restrições externas², assim como, da acomodação da economia brasileira aos longos anos de protecionismo e subsídios. Com isto, a economia brasileira se autarquizava, ao passo que a economia mundial prosseguia seu processo de transformação.

Para NOBREGA (2000, p. 47) “as principais causas do insucesso dos planos econômicos da década de 80, foi a impossibilidade de importar para atender à expansão súbita da demanda, provocada pela restauração do poder de compra da população de menor renda. Daí as prateleiras vazias e as tentativas ridículas de lidar com o problema, como na famosa busca do boi no pasto com policiais e helicópteros.”

A idéia de abertura surgiu justamente destes insucessos e se acelerou em 1985, quando encaminharam-se as negociações com o Banco Mundial, para a realização de um empréstimo para o comércio exterior. A abertura se justificava por múltiplas razões: contribuir para o aumento de produtividade – sem o qual não há desenvolvimento -, induzir a melhoria da qualidade, satisfazer o consumidor e auxiliar a estabilização da economia. Foi daí que se verificou a profunda burocracia para a realização desta operação, tais como: controles, licenças prévias e outras barreiras não-tarifárias. Tudo isso era preciso acabar na economia brasileira.

Em 1988, deu-se o primeiro passo para a abertura, através de medidas como o rompimento com o sistema aduaneiro anterior³, extinção dos regimes especiais de importação e o fim da redundância tarifária, ou seja, impostos cobrados mais de uma vez sobre um mesmo produto.

Porém, para se fazer uma abertura econômica no Brasil, precisa ser colocada a questão da competitividade, ou seja, para que um país pudesse dinamizar sua economia, suas empresas precisam ser mais competitivas. Para isso, na avaliação de NÓBREGA (2000), precisa-se eliminar as distorções e as ineficiências existentes, devendo-se ampliar a concorrência em todos os mercados, o que justificava, por exemplo, a retirada do Estado

² Crédito internacional atrelado a pesados ajustes, tais como: redução de gastos públicos e da taxa de inflação, superávit da balança comercial. Protecionismo de países como Estados Unidos, forçando a quedas das importações de produtos brasileiros. Pagamentos de juros e amortizações.

de diversos setores, a ampliação da abertura comercial, a desregulamentação de vários mercados.

As propostas que foram impostas a vários países em desenvolvimento por órgãos como o Banco Mundial e FMI ficaram conhecidas como “Consenso de Washington” e propõem, segundo BAUMANN (2000, p. 13): “disciplina fiscal, re-direcionamento das prioridades de gastos públicos para as áreas de saúde, educação e infra-estrutura, reforma fiscal, estabelecimento de taxas de câmbio competitivas, garantia dos direitos de propriedade, desregulamentação, liberalização comercial, privatização, eliminação de barreiras ao investimento estrangeiro e liberalização financeira”.

Em suma, no final da década de 80, ficou evidente que a economia brasileira percorreria um caminho errôneo devido ao fracasso dos “planos econômicos”. Contudo a idéia de abertura da economia era bem vinda. Havia necessidade do país se modernizar. Segundo NÓBREGA (2000, p. 51): “a literatura e a experiência mundial dizem que a abertura de economias como a brasileira deve ser necessariamente unilateral. Seu principal objetivo não é o comércio exterior, mas o desenvolvimento. O alvo é contribuir para a modernização industrial, para a melhoria da qualidade e para o aumento da produtividade.”

Com os desacertos da política econômica da década de 80, houve a necessidade de se procurar uma abertura econômica que favorecesse tanto as importações como exportações no sentido de re-inserir a economia nacional no contexto global, visando corrigir os erros desta década, assim como preparar a economia para a competição internacional.

2.2 AS MUDANÇAS NA ECONOMIA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 90

Durante os anos 90 a economia brasileira sofreu profundas transformações estruturais, destacando-se, por sua importância decisiva para a competitividade da

³ Conjunto de programas para contenção das importações, adotados para proteger a economia e a indústria, que ia das pesadas tarifas aplicadas sobre a entrada de produtos estrangeiros até uma lista de 3 mil produtos com importação suspensa. (NÓBREGA, 2000)

indústria brasileira, as reformas destinadas a liberalização do comércio externo e dos fluxos e das aplicações do capital estrangeiro, a estabilidade de preços, a privatização de empresas, a desregulamentação dos mercados de bens e serviços.

As mudanças adotadas tiveram como finalidade favorecer a modernização e o aumento do poder competitivo do parque industrial brasileiro nos diferentes planos que afetam a competitividade como a qualidade dotar os recursos humanos envolvidos nos processos produtivos de qualidade, escolaridade, capacitação e grau de iniciativa, além do envolvimento amplo dos consumidores quanto às exigências de qualidade dos produtos.

A economia brasileira iniciou, a partir de 1994, um novo ciclo de crescimento de dois anos, associada à gradativa recuperação da taxa de crescimento, favorecida pela estabilização do Plano Real. Uma estratégia alternativa na promoção do investimento seria estimular o investimento em infra-estrutura, porque, segundo RIGOLON e PICCININI (1997, p. 20), “o aumento do investimento em infra-estrutura afeta significativamente a competitividade das exportações.”

O quadro 1 indica a seqüência em que ocorreram as principais reformas da década de 90, com destaque para a privatização de ativos públicos, seguidos pela abertura da conta de capitais do Balanço de Pagamentos, seguida das reformas administrativas, da seguridade social, em programas sociais abrangendo educação, saúde e redução da pobreza.

QUADRO 1 – BRASIL: UMA DÉCADA DE REFORMAS

	1988 e antes	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Reforma Comercial		*	*	*	*	*	*	*	*		
Abertura ao Capital Financeiro Externo					*			*	*		
Privatização	*		*				*	*		*	
Regulamentação do Setor Financeiro								*	*	*	*
Reforma da Seguridade Social									*	*	*
Reforma Administrativa											*
Reforma de Programas Sociais:											
- Educação								*	*	*	*
- Saúde								*	*	*	*

Fonte: BAUMANN, 2000.

Nota: Os asteriscos indicam a data aproximada das principais medidas para regulamentação de cada uma das reformas, e não o momento de maior intensidade nas mudanças. É importante ter em mente esse fato, por exemplo, no caso da privatização, muito mais intensa em 1998, em termos do valor das transações, do que em qualquer período anterior.

Segundo PINHEIRO, GIAMBIAGI e MOREIRA (2002, p. 17), na primeira metade da década de 90, ou mais especificamente antes da adoção do Plano Real, em 1994, o Brasil sofria com a elevada inflação, déficit fiscal crescente, taxa de câmbio desvalorizada, mas com uma situação externa bastante folgada, com reservas internacionais atingindo mais de US\$ 40 bilhões de dólares no período de 1992 a 1994. Porém, a partir de 1995, a inflação reduziu-se fortemente, ocorreu paralelamente um desequilíbrio das contas públicas, uma taxa de câmbio apreciada em relação ao nível de 1991/1994.

A abertura comercial da década de 90 ocorreu no contexto de uma nova ordem mundial, chamada de globalização, como explica GONÇALVES (1998, p. 147) “pode ser entendida como a interação de três processos distintos ao longo dos últimos vinte anos: a expansão extraordinária dos fluxos financeiros internacionais, o acirramento da concorrência nos mercados internacionais de capitais e a maior integração entre os sistemas financeiros nacionais”.

É interessante observar, que nesta década de 90, o Brasil esteve envolvido com a implementação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e as negociações em torno da formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), bem como a aproximação entre o MERCOSUL e a União Européia (UE). Os efeitos da abertura comercial no Brasil e da estabilização da economia após o lançamento do Plano Real em julho de 1994, podem ser observados na tabela 3. As exportações cresceram em média 65% no período, as importações 185% e o saldo comercial de US\$ 10,753 bilhões positivos em 1990 passou para um déficit de US\$ 4.430 bilhões em 1998.

Sobre o desempenho das exportações brasileiras BAUMANN (1999, p. 34) conclui o seguinte: “O baixo dinamismo das exportações brasileiras durante a década de 90 é aparentemente associado ao padrão de especialização: apesar da maior participação dos produtos industrializados, a conta de exportações é em grande parte caracterizada pela exportação de *commodities*⁴ intensivas em recursos naturais e produtos intensivos em energia ou em mão-de-obra.”

⁴ Qualquer bem em estado bruto de origem agropecuária ou de extração mineral ou vegetal.

TABELA 3: BALANÇA COMERCIAL: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES
(Em US\$ milhões)

ANOS	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	SALDO COMERCIAL
1990	31.414	20.661	10.753
1991	31.620	21.041	10.579
1992	35.793	20.554	15.239
1993	38.597	25.480	13.117
1994	43.544	32.701	10.843
1995	46.506	49.859	(3.353)
1996	47.747	53.303	(5.556)
1997	52.987	61.351	(8.364)
1998	51.120	57.550	(6.430)

Fonte: BAUMANN, 1990.

O programa de privatizações tornou-se significativo a partir da década de 90. Vê-se pela tabela 4 que, no período de 1991-98, o total de receitas geradas pelo programa de privatização chegou a US\$ 58 bilhões (referentes à empresas do governo federal), mais US\$ 29 bilhões oriundos de empresas estaduais. Tudo isso correspondeu a um total de US\$ 70 bilhões em ativos vendidos, mais US\$ 17 bilhões em transferência da dívida. O valor total de US\$ 87 bilhões durante sete anos, faz com que este seja um dos maiores processos de privatização do mundo, trazendo forte impacto sobre o setor produtivo.

TABELA 4: BRASIL – PROGRAMA DE PRIVATIZAÇÃO (1991-1998) (US\$ MILHÕES)

Setor	Número de Empresas	Ativos Vendidos	Transferência de Dívida	Total
Aço	8	5562	2625	8187
Petroquímica	27	2698	1003	3701
Energia Elétrica	3	3907	1670	5577
Ferrovias	6	1697	-	1697
Mineração	2	3305	3559	6864
Telecomunicações	21	26970	2125	29095
Outras	14	2442	344	2786
Empresas Federais	81	46581	11326	57907
Empresas Estaduais	26	23724	5311	29035
TOTAL	107	70305	16637	86942

Fonte: A.PINHEIRO, E. GIAMBIAGI, 1998.

Quanto aos investimentos, a década de 90 não foi tão pródiga: numa comparação com os anos 70 (tabela 5), os investimentos foram reduzidos e atingiram um valor entre a metade e um terço dos valores observados na década de 70. Os setores de energia elétrica, telecomunicações, transporte e água e esgoto

tiveram desempenhos bastante baixos em 1995/97. Comparando as taxas de crescimento dos investimentos no período de 1970 com o de 1995/97, o setor industrial foi o que menos decresceu (-27%).

TABELA 5: BRASIL: FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO (1970-1997)
(percentagem do PIB; a partir de preços constantes de 1980)

	1970-80	1981-89	1990-94	1995-97
Indústria de Transformação	4,5	3,2	2,0	3,3
Mineração	0,2	0,2	0,1	0,1
Petróleo	0,9	1,0	0,4	0,4
Infra-estrutura da qual				
Energia Elétrica	2,1	1,6	0,9	0,6
Telecomunicações	0,8	0,4	0,5	0,7
Transporte	2,1	1,5	0,8	0,8
Abastecimento de Água e Esgoto	0,5	0,2	0,2	0,1

Fonte: BAUMANN, 1999.

A tabela 6 permite conhecer os principais indicadores econômicos do Brasil, no período 1993/1999. O que mais impressiona nesta tabela é a baixa taxa de crescimento neste período, refletindo em grande parte, a situação econômica do país, cuja “estabilidade do real” foi ancorada num câmbio sobrevalorizado, juros reais elevados e desequilíbrio das contas públicas. A taxa de desemprego que cresceu no período 43%, reflete bem o reduzido crescimento no país naquele período.

TABELA 6: BRASIL – PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS 1993/99

ANO	PRODUTO INTERNO BRUTO			TAXA DE DESEMPREGO (%)
	Em R\$ bilhões correntes	Em US\$ Bilhões correntes	Taxa de crescimento (%)	
1993	14,1	429,7	4,9	5,3
1994	349,2	543,1	5,9	5,1
1995	646,2	705,4	4,2	4,6
1996	778,9	775,5	2,7	5,4
1997	870,7	801,7	3,3	5,7
1998	913,7	775,5	0,2	7,6
1999	960,9	558,2	0,8	7,6

Fonte: LOURENÇO, 2000.

Como se observou, a década de 90 foi um período de mudanças bastante notáveis na economia brasileira, com várias reformas já praticamente completadas. Contudo, há vários indicadores que refletem um resultado nem sempre positivo. Medidas como o restabelecimento das bases de financiamento, que visem

transformar o setor privado de credor líquido do governo em gerador de poupança para a viabilização de investimentos produtivos, substituindo até as funções exercidas pelo Estado, podem ser viáveis, principalmente na infra-estrutura econômica.

A abordagem da economia nas década de 80 e 90 é importante quando se pretende analisar o desempenho dos bancos. O intuito é mostrar como reagiram essas instituições na economia brasileira em mudanças.

2.3 UMA SÍNTESE DO DESEMPENHO DOS BANCOS NO PERÍODO PRÉ-PLANO REAL (1980-1993)

No período que vai de 1980 até 1991, a economia brasileira passou por 8 programas de estabilização, 15 políticas salariais, 18 mudanças de políticas cambiais, 54 alterações de controles de preços, 21 propostas de renegociação da dívida externa, 18 determinações presidenciais para cortes nos gastos públicos, 11 índices inflacionários e 5 congelamentos de preços e salários” (COSTA, 1999).

Neste cenário, com o objetivo de reduzir o déficit público, foram cortados subsídios e aumentados os impostos indiretos no início da década de 80. Ao longo dos anos 80, aconteceu uma profunda alteração na composição do passivo bancário, no contexto do processo de ajustamento patrimonial do setor bancário em um quadro de profunda instabilidade macroeconômica. Com a aceleração inflacionária, expandiram-se as instituições financeiras. Conforme ilustra a tabela 7, “entre 1979 e 1985, o nível da mão-de-obra no sistema financeiro cresceu de 740 mil para 993 mil. A rede de agências bancárias aumentou 37% de 1980 para 1985” (BULHÕES, 1993, p. 43). Esta tabela mostra também, que o aumento das agências no período foi de 133% e o aumento das sedes foi de 208%. O aumento das sedes verificado no período de 1985 a 1992 foi devido a Constituição de 1988 que permitiu outros bancos se estabelecerem no país. Por outro lado, a diminuição de agências foi devido a informatização do setor, às fusões, à venda de bancos estaduais.

TABELA 7: BANCOS COMERCIAIS E MÚLTIPLOS NO BRASIL – NÚMERO DE SEDES E AGÊNCIAS

ANOS	SEDES	AGÊNCIAS
1980	111	11.251
1985	107	15.422
1990	215	14.302
1991	225	14.883
1992	231	15.002

Fonte: BACEN, 1993.

O Bradesco era considerado o maior banco entre 1981-84. e aumentou o número de agências em 50%. Na tabela 8, verifica-se a expansão da rede de agências discriminadas pela origem do capital, entre 1980-84. O melhor desempenho foi o das agências públicas federais com 96% de aumento e o dos bancos estrangeiros que cresceu 55%

TABELA 8: BRASIL – AGÊNCIAS BANCÁRIAS – 1980-84

Anos	Públicas Federais	Estaduais	Nacionais	Privados Estrangeiros	Total
1980	1.379	2.549	7.285	38	11.251
1981	1.528	2.867	7.757	38	12.190
1982	2.697	3.080	8.325	39	14.141
1983	2.694	3.113	8.570	59	14.436
1984	2.711	3.123	8.843	59	14.736

Fonte: BACEN, 1985.

O período 1980/94 foi marcado pela elevada rentabilidade dos bancos associada às possibilidades de obtenção de receitas financeiras num contexto de alta inflação e de moeda indexada. Segundo PAULA (1996, p. 39), “o padrão de rentabilidade do período 1980/94 pode ser caracterizado pelas elevadas rendas financeiras proporcionadas pela arbitragem inflacionária do dinheiro. Neste período, os bancos passaram a diversificar a oferta de produtos e serviços, por conta da concorrência.

De fato, a análise geral da rentabilidade do patrimônio do sistema bancário brasileiro, no período 1980 a 1993, pode ser assim sintetizada: a) nos anos 80, a rentabilidade média do sistema bancário foi bastante elevada, seja no segmento privado como no público, sendo maior neste último, em razão da boa performance do Banco do Brasil; b) ocorreu uma queda na média geral do setor a partir de 1991, em função da diminuição na rentabilidade dos bancos públicos; c) no período de 1991/93 ocorreu uma

queda da rentabilidade devido aos problemas financeiros dos bancos estaduais e federais; d) os bancos privados mantém, na média uma rentabilidade elevada no período 1980/93, caindo mais expressivamente em 1987 e 1991; e) no período de 1992/93, houve um crescimento na rentabilidade dos bancos privados, superando os bancos públicos.

A tabela 9 indica a evolução dos depósitos nos bancos comerciais para o período de 1980-92. Os depósitos à vista tiveram uma diminuição de 480%, os a prazo aumentaram 636% e o total teve um aumento de 39%. Um fato interessante é o observado no período de 1985, por conta da inflação elevada, no período que antecedeu ao Plano Cruzado⁵.

TABELA 9: DEPÓSITOS NOS BANCOS COMERCIAIS E MÚLTIPLOS – ÍNDICES DE VALOR REAL – SALDOS DE DEZEMBRO

ANOS	À VISTA	A PRAZO	TOTAIS	À VISTA %
1980	100,0	100,0	100,0	82
1981	96,8	102,5	97,8	81
1982	76,7	140,7	88,4	71
1983	53,2	165,0	73,5	59
1984	47,6	254,8	85,2	46
1985	60,1	310,1	105,6	47
1986	143,8	541,2	216,1	55
1987	56,9	241,0	90,3	52
1988	30,2	256,7	61,9	40
1989	18,7	203,3	52,2	29
1990	32,3	288,1	78,8	36
1991	26,6	381,7	91,2	24
1992	20,1	652,8	135,8	13

Fonte: BACEN, 1993.

No período de 1986 a 1992 a expansão da rede de agências, que representava um bom negócio devido aos lucros inflacionários, tornou-se um ônus no momento em que essa fonte de receita cessou. BULHÕES (1993, p. 44) refere que “o sistema financeiro reduziu sua mão de obra de 993 mil em 1985, para 883 mil em 1986. O número de agências bancárias caiu de 15.422 (1985) para 12.810 em 1988”.

O fracasso do Plano Cruzado em 1986, trouxe muitas dificuldades. Os depósitos à vista, que haviam se expandido com a estabilização da economia, caíram drasticamente

⁵ Este plano tinha como meta derrubar a inflação, através de um congelamento geral de preços, fixação de novos salários reais com base nos seis meses anteriores; um sistema de reajustamento salarial, proibição de cláusulas de indexação em contratos com menos de um ano e criação de uma nova moeda: o cruzado. Este plano fracassou por causa do aumento salarial concedido no seu início.

como se observa na tabela 9. Reduziu-se a demanda de crédito devido à inflação em alta e ao horizonte indefinido da economia. Ocorreu também, uma queda dos negócios, posto que diversas empresas de pequeno e médio portes tornaram-se inadimplentes.

A volta da inflação em 1986 fez com que os bancos se transformassem, passando a atuar como intermediadores de recursos para o giro da dívida do Governo. Os bancos, para não perderem seus depósitos, sofisticaram seus serviços, criaram contas remuneradas, captando recursos de curtíssimo prazo, lastreados em títulos da dívida pública. Como se pode observar na tabela 10, esses recursos possibilitaram os acréscimos dos depósitos a prazo nos bancos. Segundo BULHÕES (1993, p. 4) a lucratividade aumentou, “pois quanto mais elevadas as taxas inflacionárias, maiores os *spreads*⁶ entre captação e aplicação de recursos”,

O nível de mão-de-obra entre 1988-92 decresceu de 810.864 para 695.133, segundo BULHÕES (1993). Quanto ao número de agências, conforme apresentado na tabela 5, o desenvolvimento da informatização e automação possibilitou a captação de recursos com a expansão de postos de serviços e dependências. Como se observa na tabela 10, o número de agências teve um decréscimo de -2,80%, enquanto os postos aumentaram 349%. Pode-se observar que havia um interesse em aumentar o número de postos, porque os custos para mantê-lo eram convenientes.

TABELA 10: BANCOS COMERCIAIS E MÚLTIPLOS

Anos	Agências	Postos	Dependências
1985	15.422	3.110	18.532
1986	14.679	6.171	20.850
1987	14.087	7.893	21.980
1988	12.810	6.459	19.269
1989	13.584	7.612	21.196
1990	14.392	8.521	22.913
1991	14.883	9.457	24.340
1992	15.002	10.877	25.879

Fonte: BACEN, 1993.

Com a expansão dos postos de serviços e a necessidade de racionalizar sistemas e reduzir custos, ocorreu a automação de atendimento, afastando o cliente das agências. Ao final da década de 80 e no início da de 90, a colocação do computador junto aos funcionários

⁶ Taxa adicional de risco.

e mais tarde, a colocação do computador no banco sem o funcionário, permitindo saques, depósitos, pagamentos e consultas de saldos, teve como resultado os ganhos de produtividade na compensação de cheques.

Pode-se dizer que, os bancos neste período, responderam aos estímulos e freios das políticas governamentais, ajustando-se ao sistema financeiro e à economia como um todo. Na primeira metade dos anos 90, ocorreram profundas alterações estruturais no sistema bancário no Brasil, cuja face mais evidente foi a diversificação desse sistema e o próprio papel dos bancos teve que passar por uma revisão.

A abertura externa brasileira dos anos 90 envolveu a adoção de um novo conjunto de políticas macroeconômicas e a realização de reformas favoráveis ao mercado. Os bancos têm demonstrado sua capacidade para enfrentar mudanças, sendo que as principais começaram em 1994 com a estabilização da economia.

3 A REESTRUTURAÇÃO DOS BANCOS APÓS O PLANO REAL

3.1 CARACTERÍSTICAS DA CRISE BANCÁRIA

Uma crise bancária geralmente se manifesta como um problema de liquidez, expresso na incapacidade dos bancos atenderem a retirada de depósito dos seus clientes, fato que pode se transformar, com frequência, em problema de solvência do sistema bancário. De modo geral, as crises são provocadas pela conjugação de fatores macroeconômicos, como um ambiente de instabilidade ou um plano de estabilização, e microeconômicos, como a fragilidade dos próprios bancos em virtude do seu porte que muitas vezes é pequeno para enfrentar as crises que se apresentam.

Os bancos desempenham um papel estratégico na economia e, na visão de Schumpeter (1982), formam o quartel general do sistema capitalista. Suas atividades vão desde a intermediação financeira e o financiamento das atividades econômicas, como a participação na soberania de um Estado, porque criam dinheiro de crédito, realizam os serviços de compensação e administram os meios de pagamento. Por outro lado, são instituições altamente endividadas, ou seja, uma espécie de carregadores de dívidas, por meio de uma corrente de elos, soldados na confiança do público, de modo que a crise de um banco pode facilmente transformar-se em crise geral do sistema, por mais sólido que ele seja.

As crises bancárias podem ocorrer no auge dos ciclos econômicos, porque existe uma estreita vinculação entre períodos de expansão, pré-disposição dos banqueiros a emprestar e assumir riscos e a efetiva expansão do crédito. LIMA (1997) salienta que o processo de acumulação de capital costuma ser financiado através do endividamento das firmas e as estruturas de débito e crédito tendem a se desequilibrar à medida que a acumulação avança, criando uma situação de instabilidade financeira. Mais adiante, LIMA (1997, p. 74) considera a crise financeira como “um efeito endógeno da crescente fragilidade financeira que se desenvolve ao longo da fase expansiva do ciclo econômico”.

MINSKY (citado por DEOS, 1998, p. 25), através da chamada Hipótese da Instabilidade Financeira que “mostra como a trajetória da economia, num contexto de incerteza, é afetada pela modificação na postura financeira dos agentes, que leva a uma alteração na estrutura dos passivos das empresas”. Assim, a pressão de custos que se faz sentir a partir de determinado momento da trajetória ascendente da economia, sobretudo

em função da elevação nas taxas de juros, acaba por alterar o curso dos acontecimentos, provocando a crise bancária.

As causas mais frequentes das crises bancárias podem ser atribuídas à má qualidade dos ativos, consequência de uma má administração e as práticas fraudulentas. Some-se a isso, os deficientes controles internos dos bancos e o ocultamento de problemas, mediante uma contabilidade manipulada. Os aspectos macroeconômicos – balança de pagamentos e regimes cambiais, políticas fiscais e monetárias, são apontados como causa ou reflexo dos problemas bancários e os fatores microeconômicos, como as estruturas de incentivos embutidas em redes de segurança financeira, mudanças nos processos de concorrência bancária.

A volatilidade nas taxas reais de câmbio também afeta direta e indiretamente os bancos nas economias emergentes. O efeito é direto sobre os bancos quando há descompassos entre seus ativos e passivos, em termos de distância muito acentuada entre seus prazos de maturação. Indiretamente, os tomadores de empréstimos afetados pela volatilidade podem vulnerabilizar as carteiras bancárias.

De acordo com CANUTO e FERREIRA (1999), as crises bancárias tornaram-se mais frequentes nas duas últimas décadas devido a dois aspectos:

- 1) Macroeconômicos: como um ambiente de instabilidade ou um plano de estabilização. Estes aspectos são mais notórios em economias emergentes, porque estas estariam sujeitas a maior volatilidade macroeconômica, originando-se de suas relações com o exterior, ou mesmo providas de seu âmbito doméstico. A volatilidade pode ocorrer nas taxas reais de câmbio, afetando direta e indiretamente os bancos nas economias emergentes, devido ao descompasso entre seus ativos e passivos. A volatilidade nas taxas de juros internacionais repercute com maior intensidade relativa sobre os fluxos de capital para as economias emergentes, cujos traços peculiares incluem exatamente a dependência macroeconômica em relação a tais fluxos sensíveis aos diferenciais entre taxas de juros domésticas e externas.
- 2) Aspectos microeconômicos: entende-se como a estrutura de incentivos que rege o comportamento dos agentes envolvidos e seus efeitos nos portfólios e na alocação de recursos. A principal causa frequente de crises bancárias nas economias emergentes, pode decorrer de um rápido crescimento dos passivos bancários ou de uma divergência muito acentuada entre ativos e passivos.

3.2 A CRISE BANCÁRIA APÓS O PLANO REAL

Com o Plano Real⁷, ocorreu uma crise bancária significativa, para a qual concorreu também a vulnerabilidade microeconômica de inúmeros bancos, principalmente de três grandes bancos nacionais: o Econômico, o Nacional e o Bamerindus.

O principal impacto do Plano Real sobre o sistema financeiro se deu através da perda da receita inflacionária, conforme pode ser observado na tabela 11. As receitas que se situavam em torno de 4% do PIB (Produto Interno Bruto) no período de 1990/93, foram reduzidas a 2% em 1994 e a 0,1% em 1995. Em termos do valor da produção bancária imputada⁸, as receitas inflacionárias, que representavam 87,3%, reduziram-se para 49,5%, em 1994, e 1,6% em 1995 (ver tabela 11). Essa perda era um indicador de que o sistema financeiro teria de passar por profundas modificações.

TABELA 11: RECEITA INFLACIONÁRIA COMO % DO PIB E DO VALOR DA PRODUÇÃO IMPUTADA

	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Receita Inflacionária / PIB	4,0	3,8	4,0	4,3	2,0	0,1
Receita Inflacionária / Valor Produção Imputada	70,0	81,2	86,8	87,3	49,5	1,6

Fonte: ANDIMA/IBGE, 1996.

O processo de ajuste não foi imediato, nem muito amplo nos primeiros 15 meses após o Plano Real. A esse respeito, LUNDBERG (1996, p. 15) afirma que “muitos bancos retardaram os ajustes de suas estruturas e forma de atuação acreditando que o Plano Real teria a mesma sorte dos programas anteriores. Isto explica porque só recentemente, após mais de um ano de inflação bem mais baixa e a quebra de alguns bancos, grande parte das instituições financeiras começou a tomar medidas mais efetivas de ajuste”.

Por outro lado, apesar da perda expressiva de receita inflacionária, a rentabilidade dos bancos não se alterou significativamente. Conforme indica a tabela 12, a rentabilidade média dos bancos brasileiros aumentou de 14,9% em 1993, para 16,8% em 1994, mantendo-se no patamar dos 13,0% até 1998. Em 1999, a mesma chegou a 23,0%, em virtude dos ganhos com a desvalorização cambial.

⁷ Plano de estabilização econômica implantado no Brasil em 1994, com o objetivo de estabilizar os preços domésticos.

⁸ Significa a receita que foi cortada.

TABELA 12: RENTABILIDADE MÉDIA (Lucro líquido/patrimônio líquido) dos bancos brasileiros em %

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
32,9	9,1	9,5	14,9	16,8	12,9	13,0	12,2	13,1	23,0

Fonte: ANDIMA/IBGE, 2000.

As taxas de rentabilidade elevadas foram devidas à troca de receita inflacionária pela receita de serviços, que quase duplicou sua participação relativa nos anos posteriores ao Plano Real. Não se deve esquecer que outras fontes de receitas e de lucros, associadas ao grande endividamento do setor público nacional e à prática governamental continuada de política de juros altos, bem acima da inflação, deverão garantir, com a centralização bancária em curso, os estímulos necessários para que os grandes bancos se ajustassem, no Brasil, aos novos tempos de inflação baixa. Se, de um lado, foram reduzidos substancialmente os ganhos inflacionários apropriados pelos bancos, de outro lado, nos anos mais recentes, a política de juros altos e o esforço de sustentação da estabilização implicaram uma recomposição do endividamento público que passou de 42,1 bilhões de dólares em 1993 para 107 bilhões nos últimos meses de 1995. Isto no que se refere ao estoque total de títulos federais fora do Banco Central (ANDIMA/IBGE, 1996, p. 46)

Com efeito, a receita de serviços⁹, que representava apenas 8% em 1990, passou para 10,5%, em 1993, e para 21,5%, em 1995. (ANDIMA/IBGE, 1996).

A manutenção de níveis elevados de rentabilidade, no entanto, não deixou de aumentar a vulnerabilidade do sistema financeiro, especialmente em função do aumento dos créditos de liquidação duvidosa. A economia cresceu menos em 1995 (4,2%) e os juros se elevaram substancialmente (33,1%), afetando dois grandes bancos: o Econômico e o Nacional. Este fato reforçou um clima de apreensão, já latente no sistema, sobre a saúde dos demais bancos, principalmente os pequenos, cuja situação se agravou com a concentração da liquidez nos bancos maiores.

Os efeitos da crise foram sentidos pelo Banco Econômico, em agosto de 1995, e no Banco Nacional, em novembro de 1995, uma crise que se afigurava muito mais grave do que todas as crises bancárias anteriores devido à dimensão desses bancos, o 4º e o 3º no ranking nacional, respectivamente. (ANDIMA/IBGE, 1996)..

⁹ Cobrança de manutenção da conta corrente, taxas adicionais para cheques sem fundos, cobrança pela renovação de cartão magnético e outros.

Diante destes fatos, o governo lançou em novembro de 1995, um plano de emergência: o PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional), que veio acompanhado de outras medidas saneadoras e de fortalecimento do sistema financeiro. Estas medidas foram: concessão de incentivos fiscais para a incorporação de instituições financeiras; aprovação do estatuto e do regulamento do Fundo de Garantia de Créditos; imposição de dificuldade para criação de novas instituições financeiras e criação de incentivos para processos de fusão, incorporação e transferência de controle acionário; aumento do poder de intervenção do Banco Central nas instituições financeiras; responsabilização das empresas de auditoria ou dos auditores contábeis independentes em casos de irregularidades na instituição financeira; alteração da legislação que trata da abertura de dependências dos bancos no exterior e consolidação das demonstrações financeiras dos bancos no Brasil com suas participações no exterior; permissão de cobrança de tarifas pela prestação de serviços por parte das instituições financeiras e criação da Central de Risco de Crédito.

Conforme assinala CARVALHO (1996), o BACEN totalmente ciente da situação optou pela tentativa de viabilizar soluções de mercado, financiando os bancos deficitários, enquanto procurava soluções não traumáticas para o sistema bancário como um todo. Por outro lado, não é descartável a hipótese de que um dos critérios dessa decisão tenha sido tentar preservar, até onde fosse possível, os proprietários dos bancos em dificuldade, face à inegável existência de vínculos de toda ordem entre os diretores do BACEN e os banqueiros privados.

De acordo com MOURA (1998), a crise foi iniciada com as pressões sobre a liquidez desses bancos, devido à retiradas dos grandes depositantes: instituições financeiras, investidores institucionais e empresas. Enquanto os grandes e melhor informados clientes retiravam seu dinheiro, o BACEN assumia seu lugar, elevando o comprometimento de recursos públicos na crise bancária, como, também, adotando uma função de “emprestador” do sistema financeiro¹⁰. Quanto à crise bancária dos anos 94/95 COSTA (1999) revela que foram devidas à perda da receita inflacionária que em 1995 caiu a 1% do total de receitas dos 40 maiores bancos brasileiros, em comparação com 16% ao final de 1994. Os Bancos Nacional e o Econômico enfrentaram dificuldades por causa da redução drástica nas receitas com *float* que deixou claro que vários bancos não se

¹⁰ Significa que o BACEN procurava sanear os bancos em dificuldades financeiras.

sustentariam financeiramente no novo ambiente de estabilidade econômica. Por isso, esses bancos recorreram ao PROET a fim de receberem empréstimos.

3.2.1 As Mudanças Estruturais do Sistema Financeiro após o Plano Real

O processo de reestruturação que se seguiu após o Plano Real teve diferentes aspectos, a começar pela drástica redução do número de instituições, uma concentração e uma internacionalização acentuadas, diminuição do número de agências deficitárias, além de alterações relativas entre as diversas categorias. O ajuste inicial abrangeu pequenas e médias instituições, mas não contaminou o resto do sistema, apesar do seu número expressivo, conforme pode ser visto na tabela 13. Observa-se que 104 instituições sofreram algum tipo de ajuste. Chama-se a atenção para o elevado número de transferência de controle: 34 e incorporações: 7, além da liquidação: 42. Entretanto, uma melhor indicação da profundidade do ajuste inicial que pode ser medido pela redução do valor adicionado das instituições financeiras no PIB, que era de 12,37% em 1994 e foi reduzida para 6,97%, já em 1995, passando para 4,70% em 1996. Essa participação é semelhante à dos países industrializados, como os Estados Unidos (4,5%), França (4,5%) e Alemanha (4,3%).

TABELA 13: INSTITUIÇÕES QUE SOFRERAM AJUSTES APÓS O PLANO REAL

Anos	TIPOS DE AJUSTES – TRANSFORMAÇÃO EM:								
	Total	Incorp.	Transf. De Controle	Liquidação	Banco de Investim.	Cia. Créd., fin. e Invest.	Arrend.Mer cantil	Dist. De tít. E vai. Mob.	Inst. Não financeira
1994	7			7					
1995	13	2	1	9	1			1	1
1996	22	3	7	6	4			2	4
1997	29	1	10	11	1	1	1		5
1998	33	1	16	9					
Total	104	7	34	42	6	1	1	3	10

Fonte: Elaboração a partir de PUGA, 1999.

Uma análise mais detalhada por categoria de instituição, de acordo com a tabela 13, permite concluir que houve uma redução significativa do número de bancos públicos estaduais e dos bancos privados nacionais, bem como um crescimento expressivo dos bancos com controle estrangeiro. Essas mudanças podem ser reforçadas através da análise da participação de diversas categorias de instituições no patrimônio do setor bancário, conforme a tabela 14.

TABELA 14: NÚMERO DE BANCOS BRASILEIROS POR CATEGORIAS SELECIONADAS

TIPOS DE INSTITUIÇÃO	Dez/88	Jun/94	Dez/98
Bancos Públicos:	43	40	30
- Federais	6	6	6
- Estaduais	37	34	24
Bancos Privados Nacionais	44	147	106
Bancos Estrangeiros:	40	69	75
- Filiais	18	19	16
- Controle estrangeiro	7	19	36
- Participação	5	31	23
Bancos de Investimentos	49	17	22
Total do Sistema Bancário Nacional	166	273	233

Fonte: BACEN, 1999.

A tabela 15 permite conhecer a participação de diversas categorias de instituições no patrimônio do setor bancário. Observa-se uma relativa estabilidade da participação dos bancos privados nacionais e da Caixa Econômica Federal, ao lado de uma queda da participação dos bancos públicos em geral e especialmente do Banco do Brasil, que era de 24,93% em 1993 e passa para apenas 10,13% em junho de 1999. Finalmente, ao lado de um crescimento das cooperativas de crédito, o que mais chama a atenção é a quase quadruplicação do aumento dos bancos com controle estrangeiro que detinham 7,28% do patrimônio líquido em 1993 e passaram a deter nada menos que 25,91% do mesmo, em 1999. A taxa de crescimento total das Instituições Financeiras no Patrimônio do Sistema no período ficou em 46%.

TABELA 15: PARTICIPAÇÃO % DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NO PATRIMÔNIO DO SISTEMA

	1993	1994	1995	1996	1997	1998	Jun/99
Bancos com controle estrangeiro	7,28	9,57	13,08	10,29	14,29	21,86	25,91
Bancos privados nacionais	48,23	55,63	49,21	55,32	51,82	49,75	45,71
Bancos públicos	15,02	11,06	12,41	12,40	11,49	11,35	11,26
CEF	4,04	5,27	12,04	8,85	9,09	5,42	5,30
BB	24,93	17,76	11,82	11,87	11,76	10,03	10,13
Cooperativas de crédito	0,50	0,71	1,44	1,27	1,55	1,59	1,69
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: BACEN, 2000.

O resumo da estrutura patrimonial de 10 grandes bancos privados (tabela 16) mostra claramente as obrigações e aplicações dos bancos apesar do seu alongamento, não se adequaram a um contexto de estabilidade de preços, ou seja, num período de estabilização de alta para baixa inflação o sistema bancário continuou com práticas e comportamentos típicos de um contexto de alta inflação¹¹. Isto foi afetado também pelas

¹¹ Pode ser citado a receita com *float* (passivos não-remunerados aplicados em juros e correção monetária), juros altos, especulação financeira e outros.

altas taxas de juros praticadas pelo Banco Central e o grande crescimento da dívida pública interna.

TABELA 16: ESTRUTURA PATRIMONIAL DOS DEZ GRANDES BANCOS PRIVADOS – 1994/98
(R\$ BILHÕES DE DEZ/98)

Discriminação	Valores constantes de dez/98					Variação Real (%)				Participação Relativa (%)				
	1994	1995	1996	1997	1998	94/95	95/96	96/97	97/98	1994	1995	1996	1997	1998
Ativo Circul.	78,09	100,11	104,83	118,22	118,04	28,2	4,7	12,8	-0,2	74,9	75,4	75,1	75,5	70,0
Ativo realiz. LP	13,81	17,06	19,01	21,56	27,35	23,5	11,5	13,4	26,9	13,3	12,9	13,6	13,8	16,2
Ativo Permanente	12,31	15,57	15,77	16,72	21,26	26,4	1,3	6,0	39,1	11,8	11,7	11,3	10,7	13,8
Ativo Total	104,21	132,74	139,61	156,50	168,64	27,4	5,2	12,1	7,8	100	100	100	100	100
Passivo Circul.	84,58	106,72	110,64	125,31	134,06	26,2	3,7	13,3	7,0	81,2	80,4	79,2	80,1	79,5
Passivo Exig.a LP	5,56	8,83	11,72	14,57	15,93	58,8	32,7	24,3	9,3	5,3	6,7	8,4	9,3	9,4
Patrim. Líquido	14,07	17,18	17,25	16,61	18,66	22,1	0,4	-3,7	12,3	13,5	12,9	12,4	10,6	11,1
Passivo Total	104,21	132,74	139,61	156,50	166,64	27,4	5,2	12,1	7,8	100	100	100	100	100
Depósitos Totais	56,63	64,22	59,08	71,99	84,66	13,4	-8,0	21,8	17,6	54,3	48,4	42,3	46,0	50,2
Oper. Crédito (total)	49,07	59,40	64,23	66,53	69,05	21,1	8,1	3,	3,8	47,1	44,8	46,0	42,5	40,9

Fonte: BACEN, 1998.

3.2.2 A Concentração Bancária após o Plano Real

A concentração bancária no Brasil, ocorrida depois do Plano Real, medida pelo número de bancos, apresentou grandes variações ao longo da histórica bancária brasileira, conforme pode ser visto na tabela 17. Nela pode-se observar três movimentos no período de 1950 a 1997: o primeiro, de 1950 a 1986, foi de concentração, pois o número de 413 bancos reduziu-se para apenas 106, ficando estabilizado até 1987, com poucos bancos estrangeiros até 1986. O período de maior concentração foi o de 1964 a 1986, no qual número de bancos reduziu-se de 336 para 106. O segundo movimento foi de desconcentração e ocorreu entre 1987 e 1993, no qual o número de bancos mais que duplicou, passando de 105 para 245, duplicando o número de bancos estrangeiros no período. O terceiro movimento foi novamente de concentração, a partir do Plano Real e ainda em curso, mas com o aumento da participação dos bancos estrangeiros.

O primeiro período de concentração tinha como finalidade acabar com os bancos menores que eram administrados por empresários sem a necessária experiência, competência e idoneidade (MOURA, 1998). Assim, os bancos maiores compraram muitas agências pequenas procurando fortalecer o setor bancário. O segundo movimento, de desconcentração, se explica pelas mudanças legais que extinguíram as cartas patentes e permitiram a criação de bancos múltiplos. No terceiro movimento, a concentração é explicada pela busca de redução dos custos ou serviços que oferecem, além do incentivo

governamental ao setor, que tem como objetivo reduzir custos dos serviços bancários e assim tornar possível uma redução das taxas de juros.

TABELA 17: NÚMERO DE BANCOS BRASILEIROS POR CATEGORIAS SELECIONADAS

ANOS	1950	1955	1960	1964	1986	1987	1993	1997
Bancos oficiais (fed/est.)				24	27	31	30	27
Bancos privados:				312	79	74	215	193
a) nacionais				304	69	56	178	148
b) estrangeiros				8	10	18	37	45
Total	413	379	338	336	106	105	245	220

Fonte: MEIRELLES, 1999.

A tabela 18 mostra que em 1966 apenas 6 bancos detinham 25% dos depósitos à vista, mas a concentração continuou aumentando, sendo o mesmo percentual de 25% retido por apenas 2 grandes bancos, no período de 1974 a 1996. Todavia, o grau de concentração pode ser melhor avaliado quando se considera a faixa de 50% dos depósitos por exemplo, que em 1966 era retida por apenas 17 dos 229 bancos privados, e em 1974 passou a ser retido por apenas 6 bancos. A partir desse ano houve leve desconcentração, pois em 1996 já eram 8 os bancos que detinham 50% dos depósitos à vista. Já na faixa dos 75%, houve forte concentração entre 1966 e 1974, voltando depois a desconcentração até 1996.

TABELA 18: PARTICIPAÇÃO DOS BANCOS PRIVADOS NOS DEPÓSITOS À VISTA DA ÁREA BANCÁRIA

% dos depósitos à vista	Número de bancos privados						
	1966	1968	1970	1972	1974	1991	1996
25%	6	5	4	3	2	2	2
50%	17	14	11	9	6	7	8
75%	27	29	25	22	14	20	23
95%	91	67	52	42	32	44	64
100%	229	172	128	95	75	208	187

FONTE: MEIRELLES, 1999.

Os resultados dos bancos privados no Plano Real são mostrados na tabela 19. O que mais chama a atenção é a queda de *floating*¹², que era uma significativa fonte de

¹² Ganhos com passivo sem encargo menos perdas com ativos não remunerados.

receita dos bancos até 1994. Essas receitas, a partir de 1995, se tornaram praticamente nulas, por causa da queda da inflação ocorrida a partir de julho de 1994.

Contudo, o governo, objetivando que os bancos pudessem repor suas rendas, permitiu que eles expandissem suas receitas através das “operações de crédito”, que dobrou de 1994 para 1995, e com a cobrança de tarifas. No entanto, a partir de 1996, as receitas com as operações de crédito caíram, enquanto que as receitas de prestação de serviços continuaram a crescer, havendo um aumento acumulado de 99,46% no período. A evolução das receitas de operações com títulos e valores mobiliários, cresceu cerca de 92% em 1998 em relação a 1997 devido a evolução da dívida pública e das elevadas taxas de juros pagas pelo governo.

TABELA 19: RESULTADO DE 10 GRANDES BANCOS PRIVADOS 1994/98
(EM R\$ MILHÕES DE DEZ/98)

	1994	1995	1996	1997	1998
Receitas de Intermediação Financeira	21.640	27.908	28.170	23.025	29.622
- Operações de Crédito	9.470	19.283	17.770	15.219	16.307
- Resultado Operacional c/Títulos e Val.Mobiliários	6.700	6.477	8.412	5.590	10.774
- Ganhos c/Passivo sem Encargos – perdas c/Ativos	4.035	291	-	-	-
- Outras	1.436	1.857	1.988	2.216	2.541
Despesas de Intermediação Financeira	(11.402)	(19.157)	(20.191)	(17.445)	(21.637)
- Operações de Captação no Mercado	(9.831)	(13.593)	(13.613)	(11.239)	(15.707)
- Prov.p/Cred.de Liquid.Duvidosa	(978)	(4.675)	(3.799)	(3.449)	(3.090)
- Outras	(593)	(888)	(2.779)	(2.757)	(2.840)
Resultado Bruto da Intermed.Financeira	10.238	8.751	7.979	5.579	7.985
Outras Receitas / Despesas Operacionais	(7.093)	(5.997)	(5.959)	(4.657)	(5.023)
- Receitas de Prest.de Serviço	2.583	3.850	4.523	4.941	5.152
- Despesas de Pessoal	(5.593)	(6.153)	(6.412)	(5.816)	(6.115)
- Outras Desp.Administrativas	(4.916)	(5.368)	(6.200)	(5.866)	(6.327)
- Result.de Participação	1.282	1.578	2.153	2.325	2.874
- Outras	(450)	96	(23)	(149)	(607)
Resultado Operacional	3.145	2.754	2.019	1.013	2.962
Resultado Não Operacional	(72)	(57)	(125)	(224)	(365)
Result.Antes da Tributação e Particip.	3.073	2.791	1.895	788	2.597
Lucro/Prejuízo do Exercício	2.021	2.040	2.126	1.419	3.033
Rentabilidade do Patr.Líquido (%)*	14,36%	11,87%	12,32%	8,54%	16,26%

Fonte: BACEN, 1999.

A concentração de bancos pode ser observada na tabela 20. Observa-se, que entre 1994 e 1998 uma redução significativa de 17 para 10 do número de bancos que detinham ativos superiores a US\$ 1 bilhão. Vê-se também que, enquanto em 1994 os 17 bancos detinham um total de US\$ 99,2 bilhões em ativos, em 1998, os 10 bancos pertencentes a

essa categoria somavam um total de US\$ 158,8 bilhões em ativos. Note-se, finalmente, que dos 17 maiores bancos por ativos de 1994, apenas 6 permanecem na lista dos bancos com ativos superiores a US\$ 1 bilhão, em 1998.

TABELA 20: BANCOS NACIONAIS DE VAREJO COM ATIVOS SUPERIORES A US\$ BILHÃO

Bancos	1994/US\$ bilhões	Bancos	1998/US\$ bilhões
Bradesco	18,1	Bradesco	59,8
Itaú	14,1	Itaú	43,2
Bamerindus	12,0	Unibanco	24,9
Nacional	9,9	Safra	13,6
Unibanco	8,9	Finasa	4,9
Real	7,6	BicBanco	3,5
BCN	6,0	Meridional	3,2
Safra	5,3	BancoCidade	2,1
Econômico	5,1	BMB	1,9
Noroeste	2,7	Rural	1,7
Amér.do Sul	1,7	-	-
Finasa	1,6	-	-
Itamarati	1,4	-	-
Boa Vista	1,4	-	-
Bandeirantes	1,2	-	-
Banco Cidade	1,1	-	-
Banorte	5,1	-	-
Total	99,2		158,8

Fonte: BACEN, 2000.

O desempenho do sistema bancário brasileiro foi bastante positivo no período de 1994 a 1998. Embora alguns bancos, principalmente como o Econômico, o Nacional e o Bamerindus, tenham sofrido as conseqüências do Plano Real, com a queda abrupta dos índices de inflação, isto não desanimou o setor, que teve que se adaptar ao movimento de ampliação das operações de crédito e a cobrança pelos serviços executados. A busca por flexibilidade como estratégia de sobrevivência, posta em prática a partir de então pelo sistema bancário foi bem sucedida e, ao invés de continuarem a sofrer perdas devido à instabilidade real e esperada dos juros, câmbio e do PIB, os bancos conseguiram se posicionar de modo defensivo e conseguiram tirar vantagem do ambiente de instabilidade. De fato, o sucesso dessa estratégia ficou evidente devido ao lucro que obtiveram com a mudança do regime cambial em janeiro de 1999 e com a elevação dos juros.

3.3 A INTERNACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO NACIONAL

A Constituição de 1988 praticamente proibia a entrada de novos bancos estrangeiros no país, embora as autoridades monetárias procurassem contornar o problema legal, recorrendo às Disposições Transitórias da Constituição, que permitiam a entrada de bancos estrangeiros através de acordos internacionais, mediante a aplicação do princípio da reciprocidade¹³ ou por decisão do Presidente da República, quando este julgasse de interesse nacional, ou seja, o governo brasileiro valia-se desta última prerrogativa para promover uma ampla abertura do sistema financeiro nacional aos bancos estrangeiros. Efetivamente, a abertura entrou em nova fase a partir de 1995, quando o governo passou a estimular a entrada de novos bancos estrangeiros. CARVALHO (1999) salienta que até 1994 o ingresso e as atividades de bancos estrangeiros no Brasil seguiam o padrão geral: operação com câmbio, comércio exterior e financiamento de empresas multinacionais. Nesse período, para ampliar suas atividades domésticas, os bancos estrangeiros enfrentavam dificuldades em lidar com alta inflação e penetrar em nichos¹⁴ de mercado dominados pelos grandes bancos nacionais de varejo. No entanto, após o Plano Real, ao contrário do período anterior, “a entrada de bancos estrangeiros passaria a se dar através da aquisição de bancos com posição estabelecida, ou potencial, junto aos mercados domésticos que lhes eram tradicionalmente negados. Bancos como o Econômico ou o Bamerindus abriam as portas de um mercado tradicionalmente inacessível a instituições estrangeiras” (CARVALHO, 1999, p. 73).

A análise dos dados da tabela 21, a seguir, indica que, no período posterior ao Plano Real, houve mudanças significativas na participação de bancos estrangeiros no sistema financeiro nacional, embora em termos relativos não ultrapassasse 1/3. Em termos numéricos, reduziram-se as filiais de bancos comerciais estrangeiros e também os bancos nacionais com participação estrangeira, mas cresceu muito o número de bancos com controle estrangeiro, que passou de 7, em 1988, para 19 em 1994 e para 36, em 1998. Considerando-se o total das três categorias, observa-se que o aumento numérico se deu mesmo no período de 1988 a 1994, onde passaram de 30 para 70, e não após o Plano Real, onde seu número total se eleva para 75.

¹³ Espera-se que os bancos retribuam em aplicações no país, criação de empregos, etc.

TABELA 21: NÚMERO DE BANCOS ESTRANGEIROS POR CATEGORIAS

Discriminação	Dez/1988	Jun/1994	Dez/1998	Tx. Variação
Filiais de bancos estrangeiros	18	19	16	-11,11
Bancos com participação estrangeira	5	31	23	360
Bancos com controle estrangeiro	7	19	36	414,29
Total de bancos estrangeiros	30	70	75	150
Total do sistema financeiro nacional	166	273	233	40,36
Total Estrangeiro/Total Nacional - %	28	25	32	

Fonte: PUGA, 1999.

Os dados da tabela 22 mostram que o aumento da internacionalização se expressa principalmente através do aumento na participação nos créditos (de 13,7% para 32,7%), nos ativos (de 18,3% para 30,9%), nos depósitos (de 14,8% para 24,5%) e no patrimônio líquido, que passou de 14% para 31,1%, no período de junho de 1994 a dezembro de 1998.

TABELA 22 – PARTICIPAÇÃO (EM %) DE BANCOS ESTRANGEIROS NO SISTEMA BANCÁRIO NACIONAL

	Jun/94	Dez/94	Jun/95	Dez/95	Jun/96	Dez/96	Jun/97	Dez/97	Jun/98	Dez/98
Nº de bancos	28,0	27,5	28,0	28,3	28,0	29,9	31,7	32,5	34,1	36,9
Créditos	13,7	10,5	10,7	11,5	16,4	19,2	26,9	26,9	27,5	32,7
Ativos	18,3	14,0	13,5	16,3	18,2	17,4	21,1	25,2	28,6	30,9
Depósitos	14,8	11,8	11,1	12,7	10,3	12,9	17,1	20,8	21,3	24,5
Patrim. Líquido	14,1	17,0	18,6	23,8	20,0	18,9	22,0	28,1	27,9	31,1

Fonte: PUGA, 1999.

É importante observar o rápido crescimento da participação estrangeira nos ativos dos 20 maiores bancos privados nacionais, que passou de 9,13%, em 1994, para nada menos que 34,63%, em 1998 (tabela 23).

TABELA 23: PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NOS ATIVOS DOS 20 MAIORES BANCOS PRIVADOS NACIONAIS

ANO	1994	1995	1996	1997	1998
%	9,13	13,72	12,16	23,62	34,63

Fonte: Folha de São Paulo, 03/01/99

¹⁴ Financiamento de imóveis no exterior, por exemplo.

O acentuado processo de internacionalização se explica pela conjugação de inúmeros fatores. Houve, em primeiro lugar, o esforço do governo brasileiro no sentido de incentivar o ingresso de bancos estrangeiros no país após o Plano Real. Estes bancos possuem tecnologias avançadas e novas formas de trabalho que poderiam auxiliar um controle dos bancos. Um exemplo disso pode ser encontrado nas declarações de Robert Rubin, (GAZETA MERCANTIL, 23/9/97), Secretário do Tesouro dos Estados Unidos: “A experiência mostra que a abertura para fora pode melhorar a capacidade do país de construir um sólido e estável sistema financeiro doméstico. É por isso que estamos pressionando por um aumento substancial do acesso dos estrangeiros aos maiores mercados financeiros emergentes nas atuais negociações para um acordo de liberalização dos serviços financeiros no âmbito da Organização Mundial do Comércio”.

As alterações profundas na estrutura e forma de operar das finanças internacionais são fatores importantes a serem destacados. De acordo com FREITAS (1999, p. 110), “a liberalização financeira, a reestruturação dos sistemas bancários e as sucessivas fusões, bem como de um novo impulso à diversificação geográfica e a uma atuação global.” Além disso, a saturação dos mercados bancários domésticos e a diminuição das oportunidades de lucros forçaram bancos americanos e europeus a agir em escala global.

3.4 O PROBLEMA DA INTERNACIONALIZAÇÃO BANCÁRIA NO BRASIL

Para os organismos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OCM), a liberalização financeira deve proporcionar grandes benefícios aos países que a adotarem, tais como: intensificação da concorrência, melhor eficiência, com baixa de custos, melhoria da qualidade e ampliação da oferta de créditos. Os argumentos do governo brasileiro, como afirma MENDONÇA DE BARROS E ALMEIDA JR. (1997) eram praticamente idênticos aos dos organismos e banqueiros internacionais na medida em que os benefícios do ingresso desses bancos no mercado financeiro doméstico eram diversos:

- 1) Vai ao encontro do desejo de fortalecer o sistema financeiro doméstico;

- 2) Aumenta a concorrência no sistema financeiro, ocasionando uma redução dos *spreads* e das taxas dos serviços bancários. A redução dos *spreads* bancários, por sua vez, leva a uma redução das taxas de juros dos empréstimos, contribuindo, assim, para o aumento do investimento na economia;
- 3) Tem ajudado a reestruturação do sistema financeiro doméstico, por meio da compra de ativos financeiros de bancos e liquidação em poder do Banco Central e pela compra de bancos brasileiros que estavam com desequilíbrio patrimonial.

As opiniões quanto ao ingresso dos bancos estrangeiros no mercado brasileiro, segundo a Secretaria da Política Econômica do Ministério da Fazenda, são diversas. Contudo, há um consenso de que quanto mais fortes forem as instituições financeiras em uma economia (independentemente da origem de seu capital), maior será a capacidade do sistema financeiro em absorver choques macroeconômicos (COSTA, 2002). O setor bancário pode sair ileso das intempéries econômicas dos últimos oito anos no Brasil porque foram os únicos a manter retornos altos e quase sempre crescentes.

Embora seja inegável que o ingresso de grandes bancos estrangeiros possa contribuir de muitas formas para o fortalecimento e a eficiência do sistema financeiro nacional, tais benefícios não são nem tão evidentes nem estão garantidos a priori e sua extensão depende de muitos fatores não mencionados pelos defensores da internacionalização do sistema bancário.

Vários banqueiros brasileiros afirmam que não são contra a concorrência estrangeira, mas sim contrários à predominância desses entre os grandes bancos. Os argumentos básicos contra a predominância estrangeira entre os grandes bancos de varejo, no Brasil, segundo COSTA, (2002) são:

1. Aumento do risco de um ataque especulativo contra a cotação oficial da moeda nacional: ao contrário dos bancos nacionais, os estrangeiros têm “poder-de-fogo” e poderiam lucrar ao apostar contra a moeda brasileira comprando dólares no Banco Central;
2. Maior dificuldade de colocar títulos de dívida pública junto aos bancos estrangeiros: para um banco de origem externa, o Banco Central do Brasil é um

risco de crédito como qualquer outro, ou seja, uma decisão externa pode limitar a compra dos títulos de dívida pública brasileira;

3. Menor nível de controle sobre o fundo dos bancos estrangeiros: o Banco Central do Brasil tem maior ascendência sobre os bancos com a composição de seus passivos, predominantemente, em moeda local;
4. Menor discricionariedade sobre o crédito para setores prioritários à política econômica: a decisão sobre quais os setores onde se deve alocar os recursos é tomada no exterior;
6. Perda de soberania nacional: nenhum país desenvolvido, na prática, permite que seus maiores bancos sejam comprados por estrangeiros.

Seguindo nessa linha, CARVALHO (1999), considera que dentre as possíveis conseqüências negativas de uma internacionalização nos moldes argentino e uruguaio destaca-se a dificuldade para o acesso ao crédito das pequenas e médias empresas, pois os bancos estrangeiros terão menos interesse em financiar esse setor decisivo para a geração de empregos. Por outro lado, os bancos estrangeiros tendem a ser menos sensíveis às necessidades do país, especialmente nos momentos de crise, tornando mais difícil o papel das autoridades monetárias, a menos que as preocupações com a soberania do país percam o sentido, como sugerem muitas análises, mesmo contra as evidências dos fatos, porque estes bancos têm sua matriz no exterior e sua obrigação é a de seguir as diretrizes emanadas da matriz e não as dos governos de países no qual estão estabelecidos. Os próprios organismos internacionais, reconhecem como legítimas tais preocupações.

Quanto aos aspectos favoráveis para a internacionalização do sistema bancário brasileiro, um deles merece destaque especial: o acirramento da concorrência entre os bancos. Com isto, os bancos têm buscado obter ganhos de escala, ou seja, reduzir o custo unitário por operação na administração e na distribuição dos serviços e produtos. Assinale-se que uma ação é comum a todos: a ênfase no controle e redução das despesas administrativas, em especial com pessoal. Por exemplo, os bancos em junho de 1998, empregavam 408.209 funcionários, sendo que ao final de 1999 foram eliminados 238.191 postos de trabalho nestas empresas. Contudo, o número de equipamentos de auto-atendimento dentro e fora das agências passou de 31.400, em dezembro de 1994, para 89.829, em 1999, e no mesmo período, o número de usuários via novas tecnologias passou de 107.600 para 3.100.000. (GAZETA MERCANTIL, 1999).

É importante salientar que a entrada de bancos estrangeiros pode aumentar a concorrência no sistema financeiro, ocasionar uma redução dos *spreads* e das taxas dos serviços bancários, além de auxiliar na reestruturação do sistema financeiro nacional por meio da compra de ativos financeiros de bancos em liquidação em poder do Banco Central e pela compra de bancos brasileiros que estavam em desequilíbrio patrimonial.

Estas alterações no sistema bancário nacional incentivaram a entrada dos bancos estrangeiros no Brasil, graças a liberalização financeira, as sucessivas fusões, bem como de um novo impulso à diversificação geográfica e a uma atuação global. Para se conhecer melhor o desempenho dos bancos no Brasil, é necessário uma análise comparativa dos principais indicadores e assim ter em mente como foi esta adaptação dos bancos às mudanças da economia nacional.

3.5 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS BANCOS BRASILEIROS E ESTRANGEIROS

A comparação entre o sistema bancário brasileiro e o sistema internacional pode ser vista na tabela 24, onde verifica-se que, a rentabilidade dos bancos brasileiros se equipara à dos países desenvolvidos. Mas, quando se analisa os custos, vê-se que os bancos brasileiros ficam, em média, quatro vezes acima da situação dos países desenvolvidos. Vale recordar, no entanto, que houve uma grande redução de custos operacionais, pois no início dos anos 90 essa taxa era da ordem de 14%.

Já em termos de alavancagem, medida pela divisão dos empréstimos pelo patrimônio líquido, o Brasil fica muito abaixo dos demais países, o que indica haver ainda um enorme potencial de crescimento do volume de empréstimos do sistema financeiro nacional. Em termos de capitalização, o índice brasileiro fica muito acima dos demais países, o que talvez reflita as exigências feitas pelo Comitê de Basiléia¹⁵ no sentido de aumentar a capitalização, como medida de fortalecimento dos bancos, face às crises financeiras dos anos 90.

¹⁵ Órgão internacional responsável pelo monitoramento dos bancos.

TABELA 24: INDICADORES COMPARATIVOS DOS SISTEMAS BANCÁRIOS MUNDIAIS – 1997

Países	Rentabilidade (1)	Custos Operacionais (2)	Alavancagem (3)	Capitalização (4)
Inglaterra	20,2	3,4	12,3	7,5
Japão	13,8	1,3	33,5	2,9
Alemanha	13,6	2,4	18,3	5,2
Canadá	12,5	2,6	16,9	5,6
Suíça	12,4	2,0	14,9	6,3
Brasil	12,3	8,8	8,8	10,2
França	11,2	2,3	37,5	2,6
EUA	9,7	3,3	16,5	5,7

Fonte: Organizada pelo autor a partir dos dados da Gazeta Mercantil de 12/12/97.

(1) Lucros/Patrimônio Líquido

(2) Despesas Operacionais/Ativos

(3) Empréstimos/Patrimônio Líquido

(4) Capital/Ativos

Já quanto as diferenças no sistema bancário nacional, a tabela 25 mostra o desempenho dos principais bancos em junho de 2001. Observa-se que o Bradesco e o Itaú são os líderes do grupo, enquanto o Santander (estrangeiro) saltou para a terceira posição em ativos totais, seguidos pelo União de Bancos Brasileiros S.A. (Unibanco) e pelo ABN Amro Real (estrangeiro). O grupo de bancos de primeiro escalão responde, em termos agregados, por cerca de 51% dos ativos totais controlados por instituições privadas em junho de 2001.

TABELA 25: O DESEMPENHO DOS PRINCIPAIS BANCOS EM 2001 COM ATIVOS ACIMA DE R\$ 10.000.000,00 (em R\$ milhões)

Bancos	Ativo Total	Empréstimos*	Depósitos	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Nº de agências
Bradesco	93.321.935	34.369.686	37.071.284	9.178.999	1.042.296	2.594
Itaú	71.066.010	19.616.444	27.316.870	8.384.749	1.423.009	2.034
Santander	62.164.698	12.032.902	15.231.588	4.586.309	-6.955.904**	999
Unibanco	53.198.521	18.613.486	15.640.609	5.934.933	442.044	928
ABN-AMRO	29.730.992	10.134.146	8.025.460	4.967.183	239.907	742
BankBoston	28.905.231	7.944.965	1.844.099	1.618.186	420.741	59
Safra	27.233.948	6.554.156	4.811.371	1.792.115	175.140	78
HSBC	25.838.906	6.157.063	9.020.541	1.551.944	138.605	993
Citibank	23.200.610	7.635.584	1.400.701	2.407.762	391.424	53
Sudameris	18.538.814	5.021.320	4.108.041	879.260	50.840	274
BBA Creditanstalt	14.988.824	5.159.769	3.026.630	1.119.271	90.417	5
Bilbao Viscaya	11.992.011	3.193.556	5.987.525	794.815	14.276	440
Votorantin	10.896.262	1.077.884	3.342.135	754.944	97.885	3
Total	471.076.762	137.510.961	136.826.854	43.970.470	2.429.320**	9.202

Fonte: BACEN, 2000.

* Empréstimos líquidos de provisões.

**O total de lucro líquido do sistema exclui o prejuízo contábil do Santander Brasil – devido à aquisição do Banespa – em função de sua natureza extraordinária e não recorrente.

As tabelas 26 e 27 mostram o desempenho dos principais bancos nacionais e estrangeiros instalados no Brasil, com ativos acima de R\$ 10.000.000,00. Nos ativos totais os bancos estrangeiros estão na frente com R\$ 242.594.034 ou seja, possuem 6% a mais do que os bancos nacionais. No valor de empréstimos os bancos nacionais superam os estrangeiros em 13%. Em valor de depósitos os bancos nacionais também estão na frente com 56% do total. Em patrimônio os bancos nacionais possuem 22% a mais do que os estrangeiros. Em termos de Lucro Líquido há um desempenho negativo dos bancos estrangeiros que somam -R\$ 5.434.554,00 devido a aquisição do Banespa pelo Santander, cuja operação teve um prejuízo contábil em função de sua natureza extraordinária e não recorrente. Quanto ao número de agências, os bancos nacionais possuem 52% a mais de agências. Assim, o desempenho dos bancos nacionais foi superior em empréstimos, depósitos, patrimônio líquido e número de agências.

TABELA 26: O DESEMPENHO DOS PRINCIPAIS BANCOS NACIONAIS
EM 2001 - COM ATIVOS ACIMA DE R\$ 10.000.000,00 (em R\$ milhões)

Bancos	Ativo Total	Empréstimos*	Depósitos	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Nº de agências
Bradesco	93.321.935	34.369.686	37.071.284	9.178.999	1.042.296	2.594
Itaú	71.066.010	19.616.444	27.316.870	8.384.749	1.423.009	2.034
Unibanco	53.198.521	18.613.486	15.640.609	5.934.933	442.044	928
Votorantin	10.896.262	1.077.884	3.342.135	754.944	97.885	3
Total	228.482.728	73.677.500	83.370.898	24.253.625	3.005.234	5.559

Fonte: Dados obtidos a partir da tabela 25.

TABELA 27: O DESEMPENHO DOS PRINCIPAIS BANCOS ESTRANGEIROS NO BRASIL EM 2001
COM ATIVOS ACIMA DE R\$ 10.000.000,00 (em R\$ milhões)

Bancos	Ativo Total	Empréstimos*	Depósitos	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Nº de agências
Santander	62.164.698	12.032.902	15.231.588	4.586.309	-6.955.904**	999
ABN-AMRO	29.730.992	10.134.146	8.025.460	4.967.183	239.907	742
BankBoston	28.905.231	7.944.965	1.844.099	1.618.186	420.741	59
Safra	27.233.948	6.554.156	4.811.371	1.792.115	175.140	78
HSBC	25.838.906	6.157.063	9.020.541	1.551.944	138.605	993
Citibank	23.200.610	7.635.584	1.400.701	2.407.762	391.424	53
Sudameris	18.538.814	5.021.320	4.108.041	879.260	50.840	274
BBA Creditanstalt	14.988.824	5.159.769	3.026.630	1.119.271	90.417	5
Bilbao Viscaya	11.992.011	3.193.556	5.987.525	794.815	14.276	440
Total	242.594.034	63.833.401	53.455.956	19.716.845	-5.434.554	3.643

Fonte: Dados obtidos a partir da tabela 25.

3.6 COMPARATIVO DA EXPANSÃO DO SETOR BANCÁRIO ENTRE DEZ/1994 A JUN/99

A tabela 28 indica os principais indicadores da expansão do setor bancário no período de dez/1994 a dez/99. Basta mencionar que naquele período o mercado contabilizou uma redução de 64 instituições que operavam nos seguintes segmentos do sistema financeiro: bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, companhias hipotecárias.

Comparando-se os dois períodos, a redução do número de instituições financeiras dos segmentos acima mencionados, não ocorreu nos segmentos de bancos de investimentos, de companhias financeiras, de sociedades de arrendamento mercantil e de cooperativas de crédito. Neste segmento houve expansão, surgindo 4 agências de desenvolvimento.

Se entre dezembro de 1994 e dezembro de 1999, o número de instituições financeiras encolheu de 2002 para 1938, é importante assinalar que nem todos os segmentos foram afetados. Assim, enquanto as cooperativas de crédito se reduziram em 20% as sociedades de crédito e financiamento subiram 50%. Mesmo com os incentivos governamentais para a expansão do sistema cooperativo de crédito isto não aconteceu.

O encerramento e fusões das sociedades de crédito e financiamento e a redução das cooperativas de crédito são mudanças bem significativas do setor. As facilidades com o crédito ao consumidor pode ter explicação na abertura de financeiras vinculadas às montadoras de veículos, às indústrias de eletrodomésticos e às grandes redes de magazines que fizeram aumentar o número de sociedades de crédito imobiliário e companhias hipotecárias (em 10%).

Os bancos múltiplos e os comerciais, neles incluídos os bancos federais, os estaduais e caixas econômicas também tiveram um aumento no período (20% e 30%), e segundo o BACEN (2000) representavam 65,8% dos ativos totais do sistema financeiro, mesmo com a crescente tendência de desintermediação ocorrida no período podem ser considerados os maiores depositários e fornecedores de créditos.

TABELA 28: O SISTEMA FINANCEIRO NO BRASIL DE 1994 A 1999

Instituição	Dez/1994	Dez/1999
Bancos de Investimento	20	17
Companhias Financeiras	43	41
Cias. De Leasing	82	72
Cooperativas de Crédito	1.135	946
Agências de Desenvolvimento	4	-
Bancos Múltiplos	174	210
Bancos Comerciais	26	34
Bancos de Desenvolvimento	5	6
Soe. De Créd.Finan.e Invest.	424	647
Caixas Econômicas	1	2
Soe.Créd.Imob.e Cias. Hipotecárias	24	27
Total	2002	1938

Fonte: BACEN, 2000.

É interessante conhecer a avaliação feita pela Austin Asis (empresa especializada em pesquisas), (BATISTA, 2002), que considera o setor bancário como o único a sair ileso das intempéries econômicas dos últimos anos no Brasil. Enquanto outros ramos de atividade tiveram sua rentabilidade abalada em algum momento, desde a implementação do Plano Real, pelos altos e baixos da economia, por câmbio valorizado, juros altos ou racionamento de energia, o setor bancário foi um dos únicos a se beneficiar destes “problemas” macro-econômicos.

Comparando-se o período de 1994 a 2002, os bancos foram os únicos que conseguiram manter retornos altos e quase sempre crescentes. Isso fica claro na análise feita pela Austin Asis com base na rentabilidade sobre o patrimônio líquido (PL) de vários bancos. Esse indicador relaciona o quanto uma empresa ganha em relação ao que ela tem investido. Isto é, uma rentabilidade sobre o PL de 10%, por exemplo, significa que a empresa tem um lucro de R\$ 10 para cada R\$ 100 investidos. Os 20 maiores bancos no Brasil tiveram uma rentabilidade total sobre o PL que variou entre 13% e 19% no período de 1994/1999. Comparado com a indústria, segundo a Austin Asis, esse indicador variou entre 3% e quase 13% no mesmo período. No caso do comércio, as oscilações foram ainda mais bruscas: entre 1% em 2002 e quase 18% em 1994 (BATISTA, 2002).

Quanto aos lucros obtidos, a Austin Asis mostra que o lucro dos 30 maiores bancos cresceu 313% de dezembro de 1994 comparados a dezembro de 2000. Em dezembro de 1994, após o lançamento do Plano Real, o lucro desses grupos financeiros foi de R\$ 2,17 bilhões, saltando para R\$ 8,98 bilhões em dezembro de 2000 (BATISTA, 2002). Pode-se observar que os bancos mesmo perdendo com os lucros da inflação alta que existia no

Brasil antes do Plano Real, acharam outras formas de ganhar dinheiro: a diferença entre o dinheiro que os bancos pegam no mercado e quanto ganham ao emprestar para empresas e pessoas físicas, cobrança de tarifas e serviços prestados, e com operações envolvendo títulos públicos do Governo Federal.

O Gráfico 1 e tabela 29, indicam uma comparação dos ganhos em receita da intermediação financeira, operações de crédito e resultado de títulos e valores mobiliários. Na receita de intermediação financeira houve um aumento de 149,2%. As operações de crédito tiveram um aumento de 77,6% e o resultado de títulos e valores mobiliários teve um aumento de aproximadamente 250%. O ganho expressivo das receitas da intermediação financeira se deve ao fato do desempenho favorável atribuído aos ganhos com títulos e valores mobiliários, favorecido pela taxa de juros altas no fim de 1998 e no primeiro trimestre de 1999. Em função dos *spreads* altos cobrados pelos bancos, as operações de crédito também tiveram ótimo desempenho. A alta das receitas de intermediação financeira se deu por meio de lucros originados da desvalorização do real e dos altos *spreads* praticados no sistema. Com a desvalorização do Real em 1999 os bancos se precaveram e começaram a comprar, para suas carteiras próprias, títulos indexados ao dólar como forma de proteção. Assim, os bancos saíram ganhando mesmo com as turbulências do mercado nacional.

GRÁFICO Nº 1 – O GANHO DOS BANCOS DE JUNHO/95 A JUNHO/99 – Em R\$ bilhões

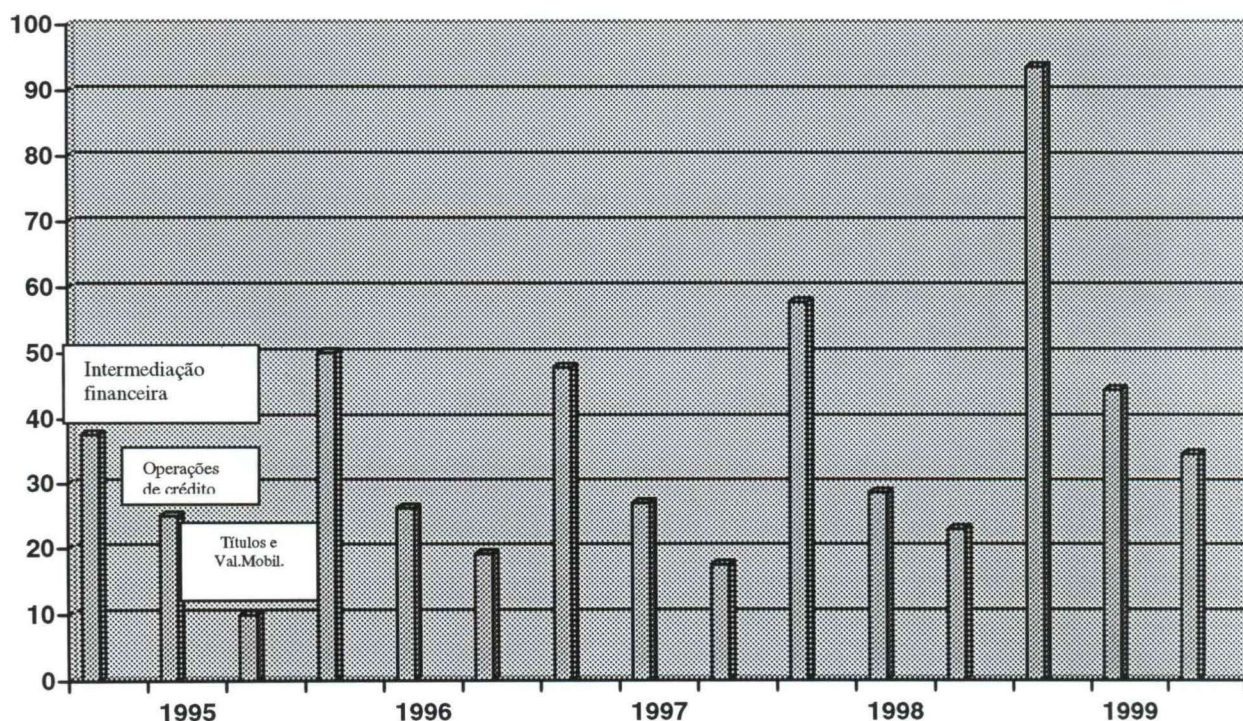


TABELA 29: O GANHO DOS BANCOS DE JUNHO/94 A JUNHO/99
Em R\$ bilhões

Operações	1995	1996	1997	1998	1999	Tx.Var.
Receita de Intermediação Financeira	37,6	50,1	47,8	57,7	93,7	149,2%
Operações de crédito	25,0	26,2	26,9	28,6	44,4	77,65
Resultado de títulos e valores mobiliários	9,9	19,0	17,4	22,9	34,6	249,5%

Fonte: Conjuntura Econômica, 2000.

3.7 A LIDERANÇA DOS BANCOS EM 1994 E 2000

Ao se fazer uma comparação da liderança exercida pelos bancos de maior porte no Brasil no período de 1994 a 2000, os cálculos da Austin Asis revelam que continua a aumentar a fatia dos depósitos em mãos dos dez maiores bancos. Em 1994 essa parcela era de 69,76% dos depósitos, passando a 76,70% em 2000. (BATISTA, 2002).

A mesma análise mostra um avanço forte do setor privado – nacional e estrangeiro – e uma correspondente queda da participação dos bancos estatais, que encolheram após a privatização dos bancos estaduais como o Banespa, que possuía uma participação nos depósitos de 5% em 1994 e que foi herdada pelo espanhol Santander. Os três maiores bancos privados nacionais – Bradesco, Itaú e Unibanco – chegaram em 2000 com 22,95% dos depósitos, e comparados a 1994, quase dez pontos acima dos 13,04% registrados em 1994. (LEONEL e ANAYA, 2002).

Os depósitos dos bancos estrangeiros passaram de 5,98% em 1994 para 19,41% em 2001 (LEONEL e ANAYA, 2002). Comparando-se com o desempenho dos bancos nacionais, verifica-se que eles tiveram um crescimento maior do que o dos bancos estrangeiros, mas isso foi ocasionado não pelo crescimento único e exclusivo desses bancos, mas pela participação das instituições que incorporaram, como o Bamerindus, Econômico, Real e Banespa. Estes bancos estão investindo no crescimento do número de agências, buscando um reposicionamento no País, o que tem significado substantivos acréscimos dos gastos administrativos.

Por conta da reestruturação do setor, haviam no Brasil, em 1994, cerca de 240 bancos e em 2000 são aproximadamente 180 e este número pode cair, devido à venda dos bancos estaduais que ainda estão ocorrendo, como os bancos do Ceará e Amazonas, por exemplo. (LEONEL e ANAYA, 2002).

3.8 OS EMPREGOS NA REDE BANCÁRIA APÓS O PLANO REAL

O processo de globalização da economia mundial tem como uma de suas principais características a internacionalização do sistema financeiro. Os bancos podem ser considerados como a "ponta-de-lança" desse processo, arquivando, catalogando e processando informações, de modo a identificar as possibilidades de investimento para seus clientes. Para tanto, é fundamental não só o acesso à informação, como também a capacidade de interpretá-la, visando satisfazer as necessidades dos clientes. O bancário tradicional, que tinha como principal meio de trabalho a moeda, começa a ceder espaço para um novo profissional, que tem na informação sua principal ferramenta de trabalho.

Outra variável nesse processo de globalização do sistema financeiro é a tecnologia, que permite a multiplicação dos produtos oferecidos aos clientes, a racionalização do processo de trabalho e a rapidez na tomada de decisões. Assim, a concorrência entre os bancos se concentra cada vez mais nas duas variáveis: informação e tecnologia, que podem ser consideradas a base para definir novos produtos a serem oferecidos aos clientes. Por conta destas modificações, o número de empregados do setor financeiro no Brasil, que era em julho de 1994 de 657.233 pessoas passou para 528.182 em 1996, ou seja, perderam-se 129.051 postos de trabalho (TABORELLI, 2002).

De 1994 até o final de 2002, foram eliminados 173.149 postos de trabalho nos bancos. Em dezembro de 2002, os bancários eram menos da metade do que no final dos anos 80. Os crescentes investimentos em tecnologia estão promovendo também uma mudança no perfil dos trabalhadores do setor: há uma exigência cada vez maior de qualificação profissional dos bancários (REBOUÇAS, 2004).

Esta perda deve-se à diversificação de produtos, incorporação de novas tecnologias, com ênfase no auto-atendimento e modificações nas formas de gestão da mão-de-obra. Assim, captar, armazenar e interpretar informações começam a fazer parte da realidade de trabalho do bancário, que desempenha várias funções como: de diretoria, no âmbito da gerência, com perspectivas de se generalizar por toda a categoria.

Na gestão da mão-de-obra, as mudanças estão por conta da informática, provocando alterações no trabalho bancário, assim como na sua forma de administração. Estas modificações podem ser sentidas na eliminação de tarefas, a simplificação de procedimentos internos e a reorganização funcional, privilegiando a flexibilização de

jornada, remuneração e função, com ampliação das tarefas executadas pelos bancários, são alguns dos processos em andamento.

Comparado ao início do Plano Real , pode-se verificar uma verdadeira revolução em serviços, eliminando-se chefias intermediárias, liberando a gerência da função de administrar a rotina. A política de recursos humanos também está se tornando mais agressiva, buscando motivar o trabalhador para o objetivo da empresa, através de incentivo financeiro ou pela transferência a ele da gerência da rotina do seu dia-a-dia. Entre as estratégias mais utilizadas estão a introdução de grupos (equipes) de trabalho, que possibilitam um maior controle individual e coletivo dos funcionários.

Com todas essas modificações, os bancos tem alterado substancialmente o perfil dos trabalhadores, exigindo maior qualificação, maior poder de decisão, polivalência e iniciativa que são algumas das características exigidas dos bancários nos dias de hoje.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Real teve impactos profundos no sistema bancário nacional a partir da ameaça de uma crise provocada pela quebra de mais de cem instituições de pequeno e médio porte e principalmente dos três grandes bancos colocados no topo do ranking nacional. O sistema bancário viu-se forçado a mudar sua forma de financiamento, substituindo as receitas inflacionárias por receitas de intermediação financeira, de serviços e de tarifas. De um modo geral, o sistema mostrou-se ágil e adaptou-se rapidamente à nova forma de operação. Houve, ainda, alterações na participação relativa de várias categorias de bancos, de modo especial uma redução significativa dos bancos públicos estaduais e principalmente do Banco do Brasil em contraste com um aumento não menos significativo dos bancos estrangeiros.

Embora seja possível afirmar que a crise e a reestruturação bancária provocadas pelo Plano Real resultaram num sistema bancário mais concentrado, mais internacionalizado e mais fortalecido, com a participação no PIB e rentabilidade próximas dos padrões internacionais, outros resultados, como a melhoria dos serviços e a redução dos seus custos, mas estão ainda muito aquém do esperado e do desejável.

Torna-se importante salientar três aspectos importantes: a) os bancos nacionais superaram os estrangeiros no período analisado nas variáveis empréstimos, depósitos, patrimônio líquido e nº de agências, perdendo somente no item ativo total. Este ativo total é maior devido ao processo de fusões e aquisições dos bancos nacionais pelos estrangeiros, como é o caso do Banco Santander que adquiriu o Banespa; b) os ganhos em receita da intermediação financeira foi um dos principais ganhos do sistema financeiro, favorecido pelas altas taxas de juros e pelo desempenho favorável dos ganhos com títulos e valores mobiliários; c) os bancos estrangeiros tem menor número de agências porque possuem alta tecnologia de operações, como é o caso do HSBC.

Em suma, pode-se dizer que os bancos são os que mais ganharam no Brasil e ainda amparados, no início do processo de reestruturação, pelo PROER. Assim, eles enfrentaram a desvalorização cambial de 99, ganhando muito dinheiro e este processo de reestruturação está favorecendo os bancos maiores como Bradesco, Itaú ou Unibanco como também os bancos estrangeiros aqui instalados. Não resta dúvida de que os bancos brasileiros apresentam hoje uma maior solidez comparativamente a alguns anos atrás. **A**

modernização e a abertura do sistema financeiro nacional estão muito longe de se tornarem um problema. Muito mais benefícios estão sendo e serão colhidos, com maior eficiência e segurança do sistema bancário ao longo do desenvolvimento que se espera para o País.

No que se refere ao aumento da participação dos bancos estrangeiros, isto pode ser considerado um antídoto eficaz para diluir o risco do sistema financeiro brasileiro, porque serve para garantir com solidez o dinheiro dos clientes, já que as instituições que estão entrando no Brasil atuam em diversos países.

Pelas comparações efetuadas, pode-se dizer que o setor bancário caminha para um futuro muito promissor, em que os bancos que sobraram serão fortes e precisam oferecer cada vez mais opções de negócios. Não se deve esquecer que a mudança da estratégia de atuação dos bancos alterou profundamente o trabalho da categoria bancária com visíveis prejuízos para a classe. As novas formas de controle do trabalho, mais objetivas se somaram a uma política de recursos humanos mais agressiva, que busca motivar o trabalhador para o objetivo dos bancos. Ao mesmo tempo, impõe ao bancário a necessidade de um aprimoramento contínuo. Por outro lado, os bancos poderiam aplicar seus lucros fabulosos num programa de reciclagem do pessoal que perdeu seus postos de trabalho, por exemplo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDIMA/IBGE/1996– **Sistema Financeiro**. Uma análise a partir das Contas Nacionais 1990/1995.

ANDIMA/IBGE/2001– **Sistema Financeiro**. Uma análise a partir das Contas Nacionais 1999/2000.

BAER, Mônica. **Internacionalização Financeira do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986.

BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL – Boletim do Banco Central do Brasil. Vol. 21. **Relatório Anual de 1985** – Brasília: agosto de 1986.

BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL – Boletim do Banco Central do Brasil. Vol. 29. **Relatório Anual de 1993** – Brasília: agosto de 1994.

BACEN - BANCO CENTRAL DO BRASIL – Boletim do Banco Central do Brasil. Vol. 33. **Relatório Anual de 1996**. Brasília: agosto de 1997.

BACEN - BANCO CENTRAL DO BRASIL – Boletim do Banco Central do Brasil. Vol. 35. **Relatório Anual de 1999**. Brasília: agosto de 2000.

BACEN - BANCO CENTRAL DO BRASIL – Boletim do Banco Central do Brasil. Vol. 36. **Relatório Anual de 2000**. Brasília: agosto de 2001.

BACEN - BANCO CENTRAL DO BRASIL – Boletim do Banco Central do Brasil. Vol. 37. **Relatório Anual de 2001**. Brasília: agosto de 2002.

BATISTA, Vera. **Bancos tem lucro recorde na era FH**. Disponível em www.ilumina.org.br/bancos.html. Acesso em 19/maio/02.

BAUMANN, R. **O Brasil dos anos 1990: uma economia em transição**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BULHÕES, Myriam Silva de. Duas décadas de crescimento e modernização. **Conjuntura Econômica**. Vol. 47, n. 6. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, junho de 1993.

CANUTO, O., FERREIRA JR., R.R. **Assimetrias de informação e ciclos econômicos**. Campinas: UNICAMP, I.E. 1999, Texto para Discussão, n. 73).

CARVALHO, C.E. Crise Bancária Questiona Independência do BCB. **Economia em Perspectiva** - carta de conjuntura n. 127. São Paulo: CORECON/SP, 1996.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Desnacionalização bancária: prós e contras**. Disponível em www.eco.unicamp.br/argigos/artigo38.htm. Acesso em 12/04/02.

Economia monetária e financeira: uma abordagem pluralista. São Paulo: Makron Books, 1999.

DEOS, Simone S.de. A hipótese da instabilidade financeira de Minsky: uma apresentação. **Economia em Revista**. Vol. 6, nº 1, junho/1998.

DE PAULA, Luiz F. et al. **Anais do Seminário “Perspectivas para o Sistema Financeiro Nacional”**- regulamentação do setor e participação do capital estrangeiro. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes – Ipanema, 1999.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Folha de Negócios**. São Paulo: 03/01/99.

FREITAS, Maria C. Penido. **Abertura do sistema financeiro no Brasil nos anos 90**. São Paulo: Edições Fundap, 1999.

GAZETA MERCANTIL. **Caderno de Negócios**. São Paulo: 12/12/97.

GONÇALVES, Reinaldo. **A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

GORENDER, Jacob. Globalização, tecnologia e relações de trabalho. **Estudos Avançados 11 (29)**, 1997.

LACERDA, Antônio Corrêa de. **O impacto da globalização na economia brasileira**. São Paulo: Contexto, 1998.

LEONEL, Josué e ANAYA, Márcio. **Os dez maiores bancos dominam o mercado no país**. Disponível em www.diese.org.br/bol/neg/negju198.html. Acesso em 20/maio/02.

LIMA, Luiz A. Oliveira. **Estudo sobre a Economia do Capitalismo**. Uma Visão Keynesiana. São Paulo: Biental, 1997.

LOPES, João do Carmo e ROSSETTI, José Paschoal. **Economia Monetária**. São Paulo: Atlas, 1998.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. **Economia Brasileira: Marcas e Transformações dos Anos 90**. **Análise Conjuntural**, v. 22, n. 9-10, set/out. 2000.

LUNDBERG, E. (1996). **Reestruturação do SFN**. Economia em Perspectiva – Carta de conjuntura n. 127 – janeiro/1996, Conselho Regional de Economia – CORECON/SP.

MEIRELLES, Antônio Carlos. Tamanho é documento na competição bancária. **Gazeta Mercantil – Fórum de Líderes**: Agosto de 1999.

MENDONÇA DE BARROS, J.R. e ALMEIDA JÚNIOR, M. F. Análise do ajuste do sistema financeiro no Brasil. **Brasília, Política Comparada**: maio-agosto 1997, ano I, vol. I, n. 2.

MONTORO Fº, André Franco *et al.* **Manual de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

MOURA, A.R. Notas sobre o ajustamento do sistema bancário privado no Brasil pós-Real. Rio de Janeiro, **Revista de Administração de Empresas**. N. Especial. Fevereiro/1998.

NASSAF Neto, Alexandre. **Mercado Financeiro**. São Paulo: Atlas, 2000.

NÓBREGA, Mailson. **O Brasil em transformação**. São Paulo: Gente, 2000.

PALMEIRA, Cristina. Ranking dos Bancos. Os Melhores do Brasil. **Conjuntura Econômica**. Novembro/2001.

PAULA, Luiz Fernando Rodrigues de. **Características, mudanças estruturais e desempenho do sistema bancário privado no Brasil em alta inflação**. Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 1996.

PINHEIRO, Armando Castelar, GIAMBIAGI, Fábio, MOREIRA, Mauricio Mesquita. O Brasil na década de 90: Uma transição bem sucedida. **Textos para Discussão BNDES nº 91**. Rio de Janeiro: novembro, 2001.

PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de capitais: fundamentos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2001.

PUGA, F.P. **Sistema Financeiro Brasileiro: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial**. In: Giambiagi, F. e Moreira, M.^a Economia Brasileira nos anos 90. Rio de Janeiro: BNDES.

REBOUÇAS, Lucia. **Internet barateou custos dos serviços**. Disponível em www.fenacon.org.br/pressclipping/janeiro2004/gazeta/gazeta200104.htm Acesso em 12/fev/2004.

RIGOLON, Francisco José Zagari, PICCININI, Mauricio Serrão. O investimento em Infra-Estrutura e a Retomada do Crescimento Sustentado. **Textos para Discussão nº 63**. BNDES: Rio de Janeiro, dezembro de 1997.

SANT'ANA, José Antonio. **Economia monetária: a moeda em uma economia globalizada**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

SCHUMPETER, J. A **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

TABORELLI, Aléssandra. Reestruturação Produtiva reduz Emprego nos Bancos. **Gazeta Mercantil**. Disponível em www.investnews.net./dredacao/default.asp?id_noticia+89409&id_editoria=47